

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4147.2025.CPL II.PE.0001.DEFN –
PEINTEGRADO

Nº COMPRASGOV – 900012025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001.DEFN – PEINTEGRADO

PREÂMBULO

O Estado de Pernambuco, por intermédio da Autarquia Territorial Distrito Estadual Fernando de Noronha-ATDEFN, através do AC-FP 01, designado(a) por meio do Ato nº 01/2025, no SEI nº 0030900026.005199/2025-21, torna público, para conhecimento dos interessados, em atendimento a Comunicação Interna nº 25/2025 da Superintendência Administrativa, Financeira e de TI (SAFI), e com a respectiva autorização do Administração da Autarquia Territorial Distrito Estadual Fernando de Noronha, a abertura da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL/POR LOTE, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e os Decretos Estaduais nº 54.142/2022 e nº 54.700/2023, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, a realizar-se no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

ABERTURA DAS PROPOSTAS se dará automaticamente no horário previsto para o início da sessão de disputa de preços.

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: COMPRAS.GOV.BR

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

DADOS PARA CONTATO

AGENTE DE CONTRATAÇÃO DESIGNADO PARA CONDUÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: MARIA OLIVEIRA DE MEIRA LINS

FONE: (81) 3182-9644

E-MAIL: fase.preparatoria@noronha.pe.gov.br

ENDEREÇO: Avenida Rio Capibaribe, 147, São José, Recife.

Os períodos para recebimento de propostas e para início da sessão de disputa de preços estarão indicados no aviso de abertura do certame.

OBSERVAÇÃO 1: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente adotado o horário de Brasília – DF.

OBSERVAÇÃO 2: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação, compreendendo a manutenção evolutiva, adaptativa e corretiva, bem como sustentação do Sistema de gestão da Autarquia Territorial Distrito Estadual de Fernando de Noronha - ATDEFN, denominado NORONHANET, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. O objeto desta licitação está agrupado em lote único, com itens aglutinados, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 495.628,80 (quatrocentos e noventa e cinco mil seiscientos e vinte e oito reais e oitenta centavos), na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Campo	Descrição/Informação
Objeto	Aporte Orçamentário para contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em tecnologia da informação , compreendendo manutenção evolutiva, adaptativa e corretiva , bem como a sustentação do Sistema de Gestão da Autarquia Territorial Distrito Estadual de Fernando de Noronha – ATDEFN , conforme Despacho 727 (78982585)
Motivação	A solicitação é necessário para garantir a continuidade, segurança e funcionamento adequado do Sistema de Gestão da ATDEFN, essencial às atividades administrativas, financeiras e operacionais da Autarquia. A contratação assegura a manutenção, atualização e sustentação do sistema, evitando interrupções dos serviços e prejuízos à gestão pública.
Valor	Valor Estimado é de R\$ 495.628,80 (quatrocentos e noventa e cinco mil seiscentos e vinte e oito reais e oitenta centavos)
Processo SEI	0030900026.005199/2025-21
Unidade Orçamentária (UO)	309
UG	610600 / 610601
Programa de Trabalho	04.122.0450.4404.2466
Natureza da despesa	3.3.90
Fonte de Recurso	0753
Ficha Financeira	CUSTEIO - Serviços de Informática

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É obrigação do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância dessa obrigação poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 A participação no processo licitatório implica na aceitação, pelo licitante, do seu cadastro também no sistema PE-INTEGRADO, para fins de integração do compras.gov.br com os sistemas utilizados pelo Poder Executivo Estadual.

3.3. Não poderão participar desta licitação:

3.3.1. Pessoa física ou jurídica impedida de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos do art. 156, III e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2022, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.2. Pessoa física ou jurídica suspensa temporariamente de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do art. 87, III, da Lei federal nº 8.666, de 1993;

3.3.3. Pessoa física ou jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e §5º, da Lei 14.133/2021, e do art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, durante o prazo da sanção aplicada ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.4. Pessoa física ou jurídica que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.3.5. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.3.6. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21;

3.3.7. Pessoa jurídica cujo ramo de atividade previsto em estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

3.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;

4. DO CONSÓRCIO

4.1. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, atendidas as condições previstas no art. 15 da Lei nº 14.133/21 e no presente Edital:

4.2. A apresentação do Termo de Compromisso público ou particular de constituição de Consórcio, subscrito pelas consorciadas, deverá prever:

4.2.1. Indicação da empresa líder, que será responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

4.2.2. Declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

4.2.3. Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada até o final da execução do contrato, sem prévia e expressa anuência do contratante, ficando a substituição de consorciado condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;

4.2.4. Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrente desta licitação;

4.2.5. Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

4.2.6. Obrigações de cada uma das consorciadas, individualmente, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao serviço previsto.

4.3. A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.

4.4. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 4.2.

4.5. O consórcio deverá reunir, no máximo, 02 (duas) empresas consorciadas.

5. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

5.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

5.2. As sessões serão iniciadas em dias úteis.

5.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, estaduais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Diário Oficial que influam no horário de funcionamento do órgão licitante.

5.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao agente de contratação informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

5.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

5.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

5.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 5.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão, através do Sistema PE-INTEGRADO.

6. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio do e-mail indicado no preâmbulo deste Edital, em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.
- 6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo agente de contratação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.
- 6.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo agente de contratação.
- 6.4. Acolhida a impugnação, será republicado o Edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para realização do certame.
- 6.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL

- 7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 7.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 7.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 7.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 7.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. A licitante enquadrada Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 18 –A da Lei Complementar nº 123, de 2006, e os requisitos de habilitação deste edital, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021¹.

7.4.1.nos itens exclusivos à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

7.4.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.2 ou 7.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

¹ Nos termos do inciso I do art. 4º, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, não será aplicado esse tratamento diferenciado no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites acima estabelecidos (art. 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

7.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DA ABERTURA E DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o agente de contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável por eventuais ônus decorrentes da perda de negócios causada pela inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por motivo de desconexão.

8.4. A abertura da sessão pública ocorrerá na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas, na forma prevista neste instrumento convocatório.

8.5. O agente de contratação verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.5.1. O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública para a análise dos documentos relativos às garantias de proposta apresentadas pelas licitantes.

8.6. Será desclassificada a proposta que contenha elementos que permitam a sua identificação.

8.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes classificadas deverão estar conectados ao sistema eletrônico e poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.1.3. intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (zero vírgula zero um por cento).

9.1.4 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.2. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.3. O sistema eletrônico não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.6. Não serão aceitos, durante a fase da disputa aberta, dois ou mais lances iguais provenientes de licitantes distintas, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.7. Salvo se houver evidente erro material, não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.8. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá, justificadamente e mediante comunicação via sistema, excluir lance oriundo de evidente erro material alegado pela respectiva licitante ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, implicando, nesta última hipótese, exclusão da licitante da disputa.

9.9. Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.10. No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no endereço www.gov.br/compras, salvo na situação prevista no item 9.9.

9.10.1. Na situação acima, o reinício deve acontecer no turno seguinte ao da sessão suspensa, salvo em caso de impossibilidade, hipótese na qual a comunicação aos participantes deve ocorrer com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.11. O procedimento da etapa de lances seguirá de acordo com o modo de disputa aberto-fechado.

9.12. A etapa de lances públicos e sucessivos terá duração inicial de 15 (quinze) minutos e, encerrado esse prazo, o Agente de Contratação encaminhará aviso de fechamento iminente dos

lances. Após o transcurso de um período de tempo adicional de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.13. Encerrados os prazos da etapa aberta de lances de que trata o item 9.12, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor do melhor lance e os autores dos lances com variação de preço de até 10% (dez por cento) em relação àquele possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.14. Na oferta do lance fechado, as licitantes poderão optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar preço menor ou maior desconto.

9.15. Não havendo pelo menos 3 (três) licitantes nas condições de que trata o item 9.13, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer lance fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, se houver, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.1.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.1.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada,

no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.1.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.2. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.2.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.2.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.2.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei, conforme regulamento;

10.2.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.2.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.2.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.2.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Pernambuco;

10.2.2.2. empresas brasileiras;

10.2.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.2.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.2.3. Persistindo o empate, caso as regras previstas nos itens acima não solucionem o desempate, será realizado sorteio em sessão pública.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de disputa, o Agente de Contratação deverá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo estimado para a contratação.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.2.1. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

11.3. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado, será desclassificada da licitação, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível.

11.4. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4.1. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

11.5. No caso previsto no item 11.3, o Agente de Contratação buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

11.6. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo Agente de Contratação.

12. DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA PROVISORIAMENTE EM PRIMEIRO LUGAR

12.1. Após a negociação e antes da convocação da licitante para apresentar a proposta adequada ao último lance, o Agente de Contratação verificará se ela se enquadra em uma das vedações previstas no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante consulta ao e-fisco, PE-Integrado, Compras.Gov.Br, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

12.1.1. A inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações do Estado de Pernambuco.

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, nos termos do art.12 da Lei nº 8.429, de 1992.

12.1.3. Caso reste configurada a ocorrência de alguma das vedações elencadas no item 3.3 deste edital, será declarado o impedimento de sua participação na presente licitação, devendo o Agente de Contratação repetir este procedimento, convocando as licitantes subsequentes, de acordo com a ordem de classificação.

12.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar será convocada para apresentar a PROPOSTA DE PREÇO ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE, devidamente preenchida na forma do Modelo de Proposta de Preços (Anexo I do TR), bem como os DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO DIGITALIZADOS, para fins de exame de aceitabilidade do preço e de sua habilitação.

12.3. Os documentos deverão ser incluídos no Sistema no prazo de 02 (duas) horas corridas, contado a partir da convocação do Agente de Contratação.

12.4. O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação da licitante ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

12.5. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados.

12.6. A licitante responsabilizar-se-á pela documentação encaminhada, assumindo como verdadeiras suas propostas, declarações e atestados.

12.7. Os arquivos encaminhados deverão estar legíveis.

12.8. Caberá à licitante confirmar o recebimento pelo Agente de Contratação dos documentos encaminhados pelo sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios causada pela inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação no sistema.

12.9. A licitante que abandonar o certame, deixando de encaminhar a proposta e/ou documentos de habilitação DIGITALIZADOS, no todo ou em parte, no prazo previsto no item 12.3, será desclassificada ou inabilitada do certame, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.10. A sessão será suspensa para aguardo da proposta de preços e dos documentos de habilitação, cabendo ao Agente de Contratação informar, através do sistema eletrônico, a data e o horário para retomada da licitação e divulgação da aceitabilidade da proposta e do resultado da habilitação.

13. DA ANÁLISE DA PROPOSTA

13.1. O Agente de Contratação examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade do objeto com as especificações técnicas do edital.

13.1.1. O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Estado de Pernambuco ou de pessoas físicas ou jurídicas com a expertise necessária, contratados para este fim.

13.2. Eventuais falhas formais ou materiais da proposta, como erros no preenchimento da planilha ou outros que não impedem a caracterização do objeto e a prestação dos serviços nos termos desta licitação, não constituem motivo para a desclassificação da proposta e deverão ser corrigidos pela licitante.

13.2.1. Os ajustes da proposta não poderão implicar alteração de sua substância nem aumento do seu valor global.

13.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

13.2.3. O Agente de Contratação poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta ajustada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para adequação aos valores estimados.

13.2.4. No caso de discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso

13.2.5. No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterados o preço unitário e a quantidade.

13.2.6. No caso de erro de somatório, a adição será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas.

13.2.7. No caso de erros de transcrição das quantidades previstas para os serviços, o produto será corrigido devidamente, mantendo-se o preço unitário e se corrigindo a quantidade e o preço total.

13.3 DA PROVA DE CONCEITO – POC

13.3.1 Será adotada, como etapa obrigatória da fase de julgamento, a realização de Prova de Conceito (PoC), com natureza eliminatória, conforme condições descritas neste Termo de Referência. Somente os licitantes aprovados na PoC, que comprovarem capacidade técnica mínima para execução do objeto serão habilitados e classificados para fins de julgamento, em até 05 dias úteis.

13.3.2 OBJETIVO DA POC

13.3.2.1 Avaliar a capacidade técnica e operacional da empresa candidata em realizar atividades de manutenção corretiva, evolutiva, adaptativa e sustentação em sistemas legados da ATDEFN.

13.3.3 ESCOPO DA POC

13.3.3.1 A empresa deverá executar as seguintes atividades em ambiente controlado:

a) Diagnóstico e Correção de Bug

b) Corrigir um erro previamente identificado em um sistema legado (será fornecido um ambiente simulado e os fontes do sistema).

c) Documentar a causa raiz, a solução proposta e os testes realizados.

13.3.3.2 Evolução Funcional:

a) Implementar uma pequena funcionalidade adicional (ex: novo campo em formulário e seu respectivo tratamento no backend e frontend).

b) Entregar com documentação da alteração e código-fonte comentado.

13.3.3.3 Adequação Técnica (Refatoração):

a) Refatorar trecho de código para boas práticas (ex: melhorar legibilidade, aplicar padrão de projeto, ou modernizar código obsoleto).

13.3.3.4 Ambiente de Versionamento e Implantação:

a) Demonstrar o uso de sistema de controle de versão (ex: Git).

b) Apresentar o processo de build/deploy utilizado na PoC.

13.4. Na análise da proposta não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.5. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não obedeçam às especificações técnicas previstas neste Edital;

b) permaneçam com valores unitários ou global superiores aos estimados, após a negociação de que trata o item 11;

c) contenham preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

d) apresentem vício ou desconformidade insanável com quaisquer outras exigências deste Edital;

e) contenham falhas, apontadas pelo agente de Contratação, não corrigidas nem justificadas, mesmo após a oportunidade de saneamento de que trata o item 16 deste Edital;

f) apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços

de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.6. Considerar-se-á indício de inexecuibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação.

13.6.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Agente de Contratação deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

13.6.2. A inexecuibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

13.6.3. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pela licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

13.7. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04).

13.8. Na proposta, não poderão ser incluídos pagamentos antecipados de quaisquer etapas ou serviços.

13.9. Se a proposta da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não for aceita, o Agente de Contratação retomará a sessão pública para convocar as licitantes subsequentes, obedecida a ordem de classificação, a fim de apresentarem proposta de preços e documentos de habilitação, no mesmo prazo e condições do item 12.3, e realizarem a negociação de que trata o item 11, até a apuração de uma que atenda às condições editalícias.

13.10. Quando todas as licitantes forem desclassificadas, o Agente de Contratação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação.

13.11. Classificada a proposta, o Agente de Contratação dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

14. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.2. Habilitação Jurídica:

14.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

14.2.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

14.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI²: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.2.4. Sociedade empresária estrangeira³: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

14.2.4.1. Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

14.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

14.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente,

² O art. 41 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, transformou todas as empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI) existentes na data da entrada em vigor da Lei em sociedades limitadas unipessoais (SLU), independentemente de qualquer alteração em seus respectivos atos constitutivos.

Diante dessa situação, recomenda-se que os agentes de contratação aceitem a participação da empresa identificada como EIRELI em seus atos constitutivos, pois ela deverá ser considerada como convertida em SLU, automaticamente, durante o processo de contratação. Os atos constitutivos deverão ser considerados regulares como EIRELI, mas a empresa deverá se comportar na contratação como uma SLU.

³ A portaria de autorização pode ser condição de habilitação jurídica, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, cf art. 1.034 do CC.

Entretanto, nos termos do art. 70, parágrafo único, podem participar da licitação sociedades estrangeiras que nem funcionem no país, desde que apresentem documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

14.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

14.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

14.3.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal;

14.3.4. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo ao domicílio da licitante;

14.3.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.⁴

14.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do Estado de Pernambuco, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ/PE).

⁴ A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

14.3.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) emitida pela Secretaria da Fazenda relativa ao domicílio da licitante.

14.3.8. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

14.3.9. As microempresas, as empresas de pequeno porte e o Microempreendedor Individual (MEI) deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresente alguma restrição, sendo a comprovação efetiva exigível somente para efeito de contratação, nos termos dos arts. 42 e 43 da LC 123, de 2006 e art. 4º do Decreto Federal 8.538, de 2015.

14.3.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte ou do Microempreendedor Individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.3.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3.12. Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.⁵

14.3.12.1. Para os fins do disposto no item acima, a licitante deverá apresentar decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido de recuperação e

⁵ Na hipótese da empresa em recuperação judicial ter sido habilitada no certame sem as certidões negativas, nos termos do item acima, caberá à Administração, no exercício regular de seus poderes de fiscalização, exigir a comprovação da manutenção dos requisitos de habilitação tanto no momento da assinatura do termo de contrato como durante toda a sua execução, averiguando qual a situação processual da recuperação judicial e se de fato continuam inexistíveis as certidões negativas de débito. (Orientação conforme Boletim Informativo PGE nº 05/2023)

dispense expressamente as certidões negativas, , e comprovar que o respectivo plano de recuperação ainda não foi aprovado e homologado em Juízo.

14.3.12.2. Caso a licitante em recuperação judicial já tenha tido seu plano aprovado e homologado em juízo até a data de abertura da fase de habilitação do certame, a dispensa prevista acima não subsiste e a licitante deverá apresentar todas as certidões de regularidade requeridas neste Edital.

14.4. Qualificação Técnica:

14.4.1.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência relativa ao registro ou inscrição na entidade profissional competente no Brasil, quando for o caso, por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a respectiva entidade profissional.

14.4.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, em nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.4.2.1. Para fins de comprovação, os atestados/certidões deverão dizer respeito à prestação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação, relacionados ao desenvolvimento, manutenção, sustentação ou evolução de sistemas de informação, envolvendo tecnologias e linguagens pertinentes, tais como: Java (versões 1.6, 1.7 ou 1.8), PHP, bancos de dados MySQL e/ou PostgreSQL (versão 9.5.19 ou superior), JSP (Java Server Pages), Struts, Spring Framework, Javascript, JQuery, HTML5, Bootstrap, Slim Framework e Wordpress, não sendo exigida a comprovação simultânea de todas as tecnologias listadas, desde que demonstrada compatibilidade com o objeto.

14.4.2.2. Será considerado compatível com a quantidade os atestados ou certidões que apresentarem, no mínimo, 40% (quarenta por cento) das quantidades estimadas na licitação para cada lote/item, exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote/item;

14.4.2.3. Para fins de aferição do percentual mínimo de 40% (quarente por cento) relativo à qualificação técnica, em sendo obtido resultado cujo número possua casas decimais, deverá ser realizado arredondamento para o primeiro menor número inteiro.

14.4.2.4. Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

14.4.2.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.4.2.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante.

14.4.2.7. Não serão aceitos atestados emitidos pela licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do Edital.

14.4.2.8. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.4.3. Declaração emitida pela licitante atestando que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme Anexo III, assegurado o direito de realização de vistoria prévia, por solicitação da licitante, mediante agendamento, na forma prevista no Termo de Referência.

14.4.3.1 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

14.4.3.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

14.4.3.3. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Anexo IV.

14.5. Qualificação Econômico-Financeira:

14.5.2. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante.

14.5.2.1. Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede ou domicílio da licitante.

14.5.2.2. A certidão descrita no item 14.5.2.1 somente é exigível quando a certidão negativa de Falência da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônicos.

14.5.2.3. No caso de Certidão Positiva de Falência, a licitante será inabilitada, salvo se restar comprovado que não houve decisão judicial válida e eficaz decretando a falência da empresa⁶.

14.5.3. Comprovação de Capital Social ou⁷ Patrimônio Líquido Mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo lote.

14.5.4. Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez⁸ Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

⁶ Nos termos do Parecer nº 68/2024, a certidão positiva de falência não implica, imperiosamente, a ausência de qualificação econômico-financeira do licitante. A mera existência de pedidos de falência (sem que tenha havido propriamente a decretação da falência) não justifica, por si só, a inabilitação do licitante. Com efeito, a inabilitação do licitante somente se sustenta juridicamente diante da falência decretada pelo juízo competente. Em cada caso, a Administração precisará agir com a máxima cautela, analisando detidamente a certidão positiva e o inteiro teor do processo judicial (pedido de falência) a fim de que possa confirmar se há ou não decisão válida e eficaz decretando a falência (entende-se por decisão válida e eficaz aquela não suspensa ou transitada em julgado).

⁷ Não podem ser cumulativas as exigências de capital mínimo E de patrimônio líquido mínimo, razão pela qual a Administração deverá escolher motivadamente entre uma das duas opções, se puder identificar, no caso concreto, que um dos requisitos retrata melhor as condições de solidez financeira das empresas do ramo. Não havendo, contudo, critérios objetivos que determinem a definição de um deles, a solução mais adequada para favorecer a competitividade do certame é possibilitar a comprovação da qualificação econômico-financeira por qualquer um dos dois, prevendo-os de forma alternativa (nunca cumulativa), possibilitando a habilitação das licitantes que comprovem qualquer deles.

⁸ Os índices escolhidos devem ser tecnicamente justificados nos autos, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação da situação financeira da licitante, suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. O presente instrumento adotou, como regra, índices iguais ou superiores a 1(um), contudo, é possível que o TR, justificadamente, adote parâmetro diverso. Nos termos da Súmula n.º 289 do TCU, a "exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade." De acordo com o art. 69, §2º, da Lei 14.133/21, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

SG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante

14.5.5. Para fins de comprovação de Patrimônio Líquido e dos índices contábeis, o licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos 2 (dois) exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei (incluindo o termo de abertura e termo de encerramento), devendo cumprir a qualificação em ambos os exercícios, salvo quando a licitante tiver sido constituída há menos de 02 (dois) anos, hipótese na qual tais documentos limitar-se-ão ao último exercício financeiro.

14.5.6. Os balanços e demonstrações devem conter os registros ou autenticação no órgão competente e estar devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento.

14.5.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.5.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil da licitante.⁹

14.6. Documentos complementares

14.6.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.2. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

⁹ Previsão com amparo no art. 69, § 1º, da Lei 14133

14.6.3. Declaração de que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.4. Declaração de que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.6.5. Declaração de que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme determinação da Lei Estadual nº 18.671/2024, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo II deste Edital.

14.7. Das regras gerais relativas aos documentos de habilitação

14.7.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

14.7.1.1. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

14.7.1.2. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

14.7.1.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

14.7.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

14.7.1.5. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

14.7.1.6. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

14.7.1.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

14.7.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

14.7.3. Quando da convocação da licitante para apresentação dos documentos de habilitação, a qualquer tempo, os documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira deverão remontar à data da sessão de abertura do certame, demonstrando-se que, à época da licitação, a licitante reunia as condições de habilitação.

14.7.3.1. Se os documentos indicados no item 14.7.3, na data da convocação, encontrarem-se com prazo de validade expirado, ou tenham sofrido alterações, devem ser também apresentados novos documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação;

14.7.4. Os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, previstos no item 14.3, devem encontrar-se válidos na data da convocação.

14.7.5. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.7.5.1. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

14.7.6. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

14.7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro de Fornecedor emitido pelo CADFOR-PE, desde que os documentos contemplados estejam dentro do prazo

de validade, ou pelo certificado de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do regulamento próprio.

14.7.8. Para fins de habilitação, a verificação dos documentos pelo agente de Contratação nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14.7.9. Caso a licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os lotes/itens em que seja classificada provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração especificar, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada lote/item, os respectivos lotes/itens para os quais a licitante será habilitada.

14.7.9.1. Na hipótese de o certame ser homologado de forma parcial, correspondente a determinados lotes ou itens, a aplicação da regra prevista no subitem 14.7.9 restringir-se-á aos lotes ou itens abrangidos pela respectiva homologação. A escolha dos lotes ou itens para os quais a licitante será habilitada, com base na maior economia obtida em valores absolutos, deverá ocorrer exclusivamente dentre aqueles incluídos na etapa de homologação em curso.

14.7.10. Em caso de participação de licitantes estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante a apresentação de documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

14.7.10.1. Caso seja vencedora a licitante estrangeira que não funcione no país, será exigido, como condição para assinatura do contrato, que os documentos apresentados sejam traduzidos por tradutor juramentado e consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

14.7.10.2. A autenticação consular ou em embaixada será dispensada quando se tratar de documento público e o respectivo país for signatário da Convenção de Haia, sendo, neste caso, necessário apenas o apostilamento do documento em cartório, nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/2016.

14.7.11. Será inabilitada a licitante que apresentar declaração ou documentação falsa, que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedores

Individuais ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, e o disposto no subitem 14.7.7.

14.7.12. Habilitada a licitante, o agente de contratação encaminhará todos os documentos apresentados para fins de inscrição da licitante no CADFOR ou de atualização do respectivo registro cadastral, se já houver.

14.7.12.1. É obrigação da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e manter atualizados os documentos em seu registro no CADFOR até a homologação do certame, sob pena de decair do direito à contratação.

14.7.12. Em caso de participação de empresas em consórcio, o Termo de Compromisso de que trata o item 4.2 deverá ser apresentado em conjunto com os documentos de habilitação, observadas as seguintes disposições:

14.7.12.1. Cada empresa consorciada deve apresentar os documentos exigidos nos itens 14.2 e 14.3 deste Edital, para fins de comprovar a habilitação jurídica e a regularidade fiscal, social e trabalhista;

14.7.12.2. A fim de comprovar a qualificação econômico-financeira, exige-se que cada consorciado apresente a Certidão Negativa de Falência, prevista no item 14.5.2, e comprove o atendimento aos índices contábeis fixados no item 14.5.4.

14.7.12.3. Para a prova da qualificação técnica, quando exigida, será admitido o somatório dos quantitativos dos atestados fornecidos por cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigido capital social ou patrimônio líquido mínimo, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

14.7.12.4. A qualificação econômico-financeira relativa ao Capital Social ou Patrimônio Líquido Mínimo terá um acréscimo de 10% (dez por cento) do valor exigido para o licitante individual.

14.7.12.4.1. O acréscimo previsto não será exigido se o consórcio for formado integralmente por microempresa ou empresas de pequeno porte.

14.7.13. Em caso de participação de cooperativas, as regras de habilitação serão as seguintes:

14.7.13.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a

comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

14.7.13.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

14.7.13.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

14.7.13.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

14.7.13.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

14.7.13.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

14.7.13.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

15. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste Edital, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública.

15.3. Na hipótese de a licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação retornará o processo à fase de negociação para exame das ofertas subsequente assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

15.4. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

15.5. Após análise de todas as propostas, na hipótese de não haver licitante classificada que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação poderá conceder o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as licitantes classificadas apresentem nova documentação escoimada das causas da inabilitação, observada a ordem de classificação.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o Agente de Contratação, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.2.1. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.2.2. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.3. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o Agente de Contratação a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.4. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema PE-Integrado, no prazo de 01 (um) dia útil.

16.5. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema COMPRAS.GOV, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1. Após a declaração do(s) vencedor(es), qualquer licitante inconformada com o resultado poderá manifestar, ao final da sessão pública, a intenção de recorrer contra o julgamento das propostas ou a habilitação ou inabilitação de licitantes, através de campo próprio do sistema eletrônico, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

17.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada no sistema em até 10 (dez) minutos após a declaração do vencedor.

17.1.2. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

17.2. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

17.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

17.4. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. As razões do recurso serão dirigidas ao Agente de Contratação, que, no prazo de 03 (três) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso à

autoridade superior, devidamente motivado, para decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. A decisão dos recursos deverá ser divulgada no sistema Compras.gov.br.

17.7. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.8. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

17.9. Verificada a regularidade dos procedimentos, o agente de contratação encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18. DO CONTRATO

18.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo IV.

18.2. Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

18.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

18.2.2. Se o instrumento de contrato não for assinado pelo representante legal do contratado, deverá ser apresentada procuração, devidamente reconhecida em cartório, com poderes que habilitem o mandatário a assinar o instrumento.

18.3. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária no CADFOR, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

18.3.1. Se houver pendência documental no CADFOR e não for possível atualiza-lo por meio por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a adjudicatária será notificada para, no

prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

18.4. O não comparecimento injustificado da adjudicatária, a não apresentação dos documentos exigidos como requisito de contratação e a desatualização de seus documentos de habilitação no CADFOR importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das penalidades previstas neste Edital e à perda da garantia da proposta, quando houver, nos termos do item 21.1.2.

18.4.1 Na hipótese do item 20.4, a adjudicação poderá ser anulada e retomado o procedimento licitatório, a fim de que o Agente de Contratação retorne à fase de negociação para exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação e seja declarada uma nova adjudicatária.

18.5. Poderá ser acrescentada ao contrato vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital, não represente quaisquer ônus para a Administração e a respectiva aceitação esteja devidamente fundamentada.

19. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a licitante ou a adjudicatária que:

19.1.1. convocada dentro do prazo de validade da proposta, não comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual;

19.1.2. deixar de entregar documentação exigida durante a licitação ou para fins de assinatura da Ata ou do contrato, inclusive a garantia da proposta ou de execução contratual;

19.1.3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

19.1.3.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.3.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.3.3. desistir dos lances ofertados, a menos que haja erro material reconhecido;

19.1.3.4. desistir da proposta após encerrada a etapa competitiva ou der causa à sua desclassificação ao não oferecer, mesmo após negociação, proposta compatível com o valor máximo do orçamento estimado;

19.1.3.5. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.1.5. fraudar a licitação;

19.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

19.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

19.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

19.1.8. cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

19.2. As licitantes ou adjudicatárias que incorram em infrações sujeitam-se às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal: ¹⁰

19.2.1. Multa;

19.2.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

19.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

19.3. As sanções previstas nos itens 19.2.2 e 19.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

19.4. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

¹⁰ De acordo com o art. 156, §2º, da Lei 14.133, a sanção de advertência aplica-se exclusivamente às hipóteses de inexecução do contrato, incabível em sede de processo licitatório.

19.4.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais)¹¹ e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 19.1.1 deste edital;

19.4.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, observado o valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser aplicada a quem cometer a infração prevista nos itens 19.1.2 e 19.1.3. deste edital;

19.4.3. Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou nos casos das infrações previstas nos itens 19.1.4. 19.1.5., 19.1.6., 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9 deste edital.

19.5. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos seguintes casos e condições:

19.5.1. No cometimento da infração prevista no item 19.1.1: de 6 a 12 meses;

19.5.2. No cometimento das infrações previstas nos itens 19.1.2 e 19.1.3: até 6 meses;

19.6. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativo, no cometimento das infrações previstas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9: de 03 a 6 anos;

19.7. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos nos itens 19.5 e 19.6. deverão ser observadas:

19.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

19.7.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração

19.7.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

19.7.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

¹¹ Cumpre observar que, nas situações em que são previstos limites financeiros mínimos, faz-se necessário comparar o valor estabelecido na cláusula correspondente com o montante estimado na licitação, de modo a não se cominar multa mínima desproporcional ao porte da licitação.

19.7.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

19.8. Em caso de reincidência na prática de infração sancionada com a mesma penalidade objeto de condenação definitiva anterior, ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

19.9. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no PE-integrado, no Compras.gov.br, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

19.10. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, disciplinado em Decreto Estadual.

19.11. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

20.2. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Sistema Pe-Integrado ou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

20.3. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de conveniência e oportunidade, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou será anulada, por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

20.4. Constatado vício insanável na licitação, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, nos termos do art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

20.5. Após a adjudicação do objeto, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de concedido à adjudicatária do prazo de 3 (três) dias úteis para exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

20.5.1. Da decisão da autoridade de anular ou revogar o certame caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis para a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável.

20.6. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação, cabendo, em caso de anulação, o dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável.

20.7. A participação das licitantes nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

20.8. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Edital.

20.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto a ser licitado descritas no Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

20.10. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I – Termo de Referência (com seus respectivos anexos, inclusive Modelo de Proposta);
- b) Anexo II – Declarações complementares;
- c) Anexo III – Declaração de conhecimento das condições locais para cumprimento das obrigações;
- d) Anexo IV – Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- f) Anexo V – Minuta do Contrato (com seus respectivos anexos).

20.11. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas que regem a matéria.

20.12. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência do órgão licitante, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, “a” e “b”, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Recife, 30 de dezembro de 2025.

Agente de Contratação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E RESPECTIVOS ANEXOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação, compreendendo a manutenção evolutiva, adaptativa e corretiva, bem como sustentação do Sistema de gestão da Autarquia Territorial Distrito Estadual de Fernando de Noronha - ATDEFN, denominado NORONHANET, visando atender as necessidades da ATDEFN conforme as condições, especificações, quantidades e exigências contidas e neste Termo de Referência.

1.2 As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por lote e descritos conforme quadro(s) constante no anexo D.

1.3 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no E-fisco/Termo de Referência e no CATSER, prevalecerá a descrição do E-fisco/Termo de Referência.

2 DAS JUSTIFICATIVAS

2.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 2 do ETP) e nos itens abaixo.

2.1.2 A presente contratação se dará em função da necessidade dos serviços de modernização e adequação do processo de informatização, os quais são essenciais para o desempenho das atribuições funcionais da Autarquia Territorial Distrito Estadual de Fernando de Noronha, uma vez que busca garantir o atendimento a todas as suas demandas internas e externas, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termode Referência.

2.1.3 Esta necessidade é agravada pela crescente demanda por serviços técnicos de tecnologia da informação, o isolamento geográfico e a escassez de mão de obra qualificada na região. Tais fatores justificam a opção da ATDEFN pela terceirização dos serviços de manutenção, sustentação e desenvolvimento.

2.1.4 A contratação é fundamental não apenas para a modernização (com sistemas novos como o Noronha na Palma da Mão), mas também para a manutenção dos sistemas legados já existentes na ilha, que são críticos para a prestação de contas e para a geração de informações destinadas aos órgãos de controle externo (TCE, Ministério Público, Polícias e Tribunais - TJPE e TRF). Dessa forma, garante-se o cumprimento da LGPD no que tange a dados anteriores a 2025 e a manutenção dos níveis de serviços e atendimentos à Sede, escritório de Apoio Recife e Órgãos da ATDEFN, de acordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência.

2.2 JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1 A Justificativa para o quantitativo necessário ao atendimento da necessidade pública encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 7 do ETP) e nos itens abaixo.

2.2.2 Os quantitativos previstos no presente Termo de Referência foram definidos na análise abaixo expendida, fundamentado nos argumentos que se seguem:

2.2.3 A presente contratação tem como objetivo assegurar a continuidade operacional, a sustentação técnica e a evolução funcional dos sistemas de

informação essenciais à gestão administrativa, tributária, migratória e de serviços públicos da Autarquia Territorial do Distrito Estadual de Fernando de Noronha (ATDEFN).

2.2.4 Os sistemas abrangidos – Cadastro de Moradores, Controle Migratório, Controle de Veículos, Arrecadação Tributária, Website Oficial e Sistema de Pagamento da Taxa de Preservação Ambiental (SIN) – constituem a plataforma tecnológica central para a execução das atividades-fim da ATDEFN, demandando manutenção contínua, adaptações legais e evoluções que acompanhem as dinâmicas institucionais e as necessidades da população e dos visitantes.

2.2.5 Base Técnica e Normativa para o Dimensionamento

2.2.5.1 O quantitativo de 8.160 UST anuais (6.000 para manutenção evolutiva e 2.160 para sustentação) foi dimensionado com base em:

a) Portaria MP/SLTI nº 4, de 06 de março de 2017 – que recomenda, para serviços de sustentação de software, a adoção de critérios de mensuração baseados em:

- 1) Indicadores de nível de serviço;
- 2) Pagamento fixo mensal proporcional ao tamanho e complexidade dos sistemas;
- 3) Base histórica de demandas de manutenção registradas pelo órgão.

b) Análise de volume operacional dos sistemas no período de 12 meses – que evidencia a criticidade e a carga de processamento das aplicações:

Sistema	Métrica Operacional (2024)	Impacto na Demanda de Manutenção
Controle Migratório	137.741 turistas registrados	Alta demanda por ajustes em fluxos, integrações com sistemas de pagamento e emissão de documentos.
Arrecadação Tributária (TPA, ISS, TLL)	R\$ 11 milhões arrecadados	Necessidade de atualizações fiscais, geração de boletos, integração bancária e suporte a repasses.
Cadastro de Moradores	12.897 check-ins realizados	Manutenção de fluxos de aprovação, emissão de carteiras e integração com controles migratórios e veicular.
Website Oficial	228 usuários únicos / 774 mil visualizações	Atualização de conteúdo, segurança, performance e conformidade com acessibilidade digital.

c) Complexidade tecnológica e variedade de ambientes – os sistemas utilizam tecnologias diversas (Java, PHP, PostgreSQL, MySQL, WordPress, JBoss, frameworks legados como Struts 1.x e Spring), exigindo especialização multidisciplinar e esforço contínuo para compatibilidade, segurança e performance.

2.2.6 Necessidade de Manutenção e Sustentação

§ Manutenção Evolutiva (Item 1 – 6.000 UST/ano): Destina-se a implementar novas funcionalidades, adequações legais, melhorias de usabilidade e integrações com sistemas externos, garantindo que os sistemas evoluam em consonância com as necessidades da gestão pública.

§ Sustentação de Sistemas (Item 2 – 2.160 UST/ano): Abrange a correção de falhas, monitoramento de desempenho, atendimento a incidentes, suporte técnico, parametrizações e pequenas adaptações necessárias para manter a disponibilidade e estabilidade dos sistemas em produção.

2.2.7 Conclusão: O quantitativo proposto reflete, portanto, a somatória do esforço técnico necessário para garantir a operacionalidade, a segurança, a atualização normativa e a evolução contínua dos sistemas que sustentam os serviços públicos essenciais prestados pela ATDEFN. A estimativa foi construída com base em dados históricos, na complexidade das soluções e nas diretrizes normativas vigentes, assegurando transparência e conformidade com as melhores práticas de contratação de serviços de TI no setor público.

2.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1 A Justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 12 do ETP) e nos itens abaixo.

2.3.2 Visando atender à necessidade pública da entidade demandante já exposta no item acima, uma vez que se mostra como essencial para o desenvolvimento de suas atividades, a Administração Pública optou por contratar o serviço em tela, uma vez que a Autarquia depende diretamente de seus sistemas legados para execução contínua e integrada de processos administrativos, operacionais e finalísticos. Esses sistemas possuem forte interdependência entre si, compartilhando bases de dados, rotinas de interoperabilidade e módulos correlacionados. Assim como ocorre em ambientes sujeitos à oscilação de ofertas — como o caso das tarifas aéreas no modelo original — o ambiente tecnológico da Autarquia apresenta variáveis críticas, como riscos de descontinuidade, falhas operacionais e necessidade permanente de atualização técnica, que tornam inviável a fragmentação da prestação em múltiplos contratos.

2.3.3 Diante desse cenário, a contratação unificada dos serviços surge como a alternativa mais vantajosa, garantindo previsibilidade técnica, continuidade operacional, padronização das intervenções, mitigação de falhas sistêmicas e segurança jurídica para a Administração Pública.

2.3.4 A execução desses serviços por empresas distintas comprometeria a interoperabilidade já estabelecida entre os sistemas, aumentaria custos de coordenação, traria riscos de incompatibilidade entre módulos e impediria a garantia integral da solução.

2.3.5 Portanto, optou-se pela contratação em Lote Único, abrangendo todos os serviços necessários à sustentação e evolução dos sistemas legados da ATDEFN, por ser a solução que melhor atende aos interesses públicos, assegura economicidade e preserva a integridade funcional do ecossistema tecnológico da Autarquia.

2.3.6 Os serviços de apoio técnico ao planejamento e monitoramento de projetos de TI, por não apresentarem dependência direta com a arquitetura sistêmica, serão tratados em contratação específica, conforme já anteriormente indicado.

2.4 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

2.4.1 A Justificativa para o parcelamento OU para o não parcelamento do objeto encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 9 do ETP) e nos itens abaixo.

2.4.2 Neste caso em concreto, em virtude da natureza do serviço a ser contratado, a opção pelo agrupamento dos itens em lote é a mais vantajosa para a Administração, uma vez que a contratação abrange a manutenção, sustentação e desenvolvimento do Sistema NORONHANET, que é um sistema único, integrado e interdependente, composto por módulos críticos (como Controle Migratório, Arrecadação Tributária e TPA).

2.4.3 O parcelamento do objeto em contratos distintos implicaria em risco técnico inaceitável e em prejuízo à garantia do serviço e à interoperabilidade já desenvolvida entre os módulos. Além disso, a divisão resultaria em:

2.4.3.1 Risco de Descontinuidade: A atuação de empresas distintas em sistemas interligados poderia gerar conflitos de responsabilidade e atrasos na resolução de incidentes, comprometendo a disponibilidade e a estabilidade do sistema essencial da Autarquia.

2.4.3.2 Aumento de Custos de Gestão: A pulverização dos serviços aumentaria os custos administrativos e a necessidade de acompanhamento e fiscalização, sem gerar a correspondente economia de escala na execução técnica.

2.4.3.3 Inviabilidade Técnica: O código-fonte, a arquitetura e as informações dos sistemas legados estão intrinsecamente relacionados. Uma alteração corretiva ou adaptativa realizada por uma empresa poderia impactar negativamente o trabalho de outra, inviabilizando a garantia técnica do serviço.

2.4.4 Portanto, a adjudicação por Lote Único atende ao princípio da vantajosidade e garante que os serviços de sustentação e evolução sejam executados de forma coordenada e integrada por uma única empresa especializada, responsável pelo ciclo completo de vida do Sistema NORONHANET.

2.4.5 Conclui-se, portanto, que o modelo definido para esta contratação é o mais adequado tanto técnica, quanto economicamente, sem restringir ou prejudicar a competitividade do certame e, consequentemente, o mais propício para promover maior vantajosidade para o Estado.

2.5 DA PREVISÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

a) No caso vertente, é permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio, na forma do art. 15, da Lei nº 14.133/2021.

b) O número máximo de empresas admitidas em cada consórcio será de 02 (duas), uma vez que essa limitação facilita a gestão e a fiscalização do contrato, reduz a complexidade operacional e assegura maior clareza na definição das responsabilidades entre os consorciados, garantindo maior eficiência na execução do objeto.

2.6 DA PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAIS ORGANIZADOS EM COOPERATIVA NA LICITAÇÃO

2.6.1 É permitido a participação de profissionais organizados em cooperativas, na forma do disposto no art. 16, da Lei n.º 14.133/2021, na presente licitação.

2.7 DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

2.7.1 É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, considerando o objeto e as exigências de qualificação técnica e econômico-financeira presentes no TR.

3 DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1.1 Além da descrição apresentada na(s) tabela(s) do quadro resumo deste Termo de Referência (Anexo E), para a prestação dos serviços deve-se observar as seguintes especificações:

3.1.2 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados nos seguintes locais e horários: segunda à sexta das 08:00 hs às 19:00 hs. Sábados das 8:00 hs às 16 hs, domingo das 8 às 16 hs e deverão ser realizados nas dependências da CONTRATADA ou na sede da Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, situada na cidade do Recife-PE na Av. Rio Capibaribe, 147, São José, Recife. CEP: 50.020-080, para o caso de reuniões administrativas, de requisitos técnicos ou de acompanhamento do projeto, no Arquipélago de Fernando de Noronha, nas dependências do Aeroporto, sito à BR 363. Fernando de Noronha-PE, para o caso de implantações de atualizações ou novos módulos nos sistemas. No Palácio São Miguel, sito à Rua do Palácio, 7878, Vila dos Remédios, Fernando

de Noronha-PE, para o caso de reuniões referentes aos sistemas de veículos, moradores ou arrecadação.

3.1.2.1 O início da execução contratual deve se dar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

3.1.2.2 As solicitações de suporte aos sistemas serão realizadas diariamente através de ordens de serviço devidamente detalhadas para que as alterações possam ser realizadas, contendo: sistema para o qual ocorre o problema, tipo de suporte: manutenção evolutiva, adaptativa ou corretiva, ou sustentação. Requisitos da manutenção. Servidores onde se encontram os sistemas. Nível de urgência. A CONTRATADA deverá realizar os serviços executando testes nos servidores e homologação e em seguida deploy no servidor de produção de cada sistema. Os servidores dos sistemas encontram-se na ATI-PE (Agência de Tecnologia da Informação) e devem ser acessados através de VPN fornecida pelo CONTRATANTE para este fim. Ao final de cada mês, a CONTRATADA deverá fornecer relatório detalhado com todas as demandas realizadas e a totalização das unidades de serviço técnico (UST) consumidas.

3.1.2.3 Horário da prestação de serviço: segunda à sexta das 8:00 hs às 19:00 hs. Sábados e Domingos das 8:00 hs às 16:00 hs.

3.1.2.4 A realização das manutenções será realizada de forma contínua pela Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

3.1.2.5 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário: Computadores para a utilização da sua própria equipe, pontos de trabalho, redes para acesso às VPN, pessoal disponível para reuniões presenciais nos endereços informados.

3.1.2.6 O objeto será recebido mensalmente, no mês subsequente à prestação dos serviços:

a) Provisoriamente, pelo fiscal do CONTRATO no prazo de 2 (dois) dias, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e a comprovação da prestação dos serviços;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

c) O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.1.2.7 O termo detalhado do recebimento provisório, com a análise das ocorrências registradas na execução do CONTRATO serão encaminhados ao gestor para fins de apuração dos descontos e glosas cabíveis na fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados ou, se for o caso, da pontuação obtida na avaliação da qualidade dos serviços em consonância com os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

3.1.2.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução da contratação, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução;

3.1.3 CONDIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

3.1.3.1 A Autarquia Territorial Distrito Estadual de Fernando de Noronha - ATDEFN não possui método próprio para o desenvolvimento ou gerenciamento de sistemas de informação, fazendo uso de métodos

consagrados por padrões de direito ou de mercado. A aplicação destes métodos é descrita na disciplina de Engenharia de Software, resumidamente apresentadas nestas especificações técnicas, e nas referências técnicas que a compõem. Segue alguns conceitos importantes utilizados neste documento.

3.1.3.2 Nas Fases do Ciclo de Desenvolvimento são previstos artefatos obrigatórios, considerados partes integrantes dos serviços previstos neste Termo de Referência. A estes artefatos poderão ser acrescentados outros (diagramas, modelos, documentos, etc.) desde que integrem a Unified Modeling Language - UML, ou que sejam de uso comum e universal.

3.1.3.3 O processo de desenvolvimento de software foi subdividido para fins de faturamento e pagamento dos serviços objeto deste Termo de Referência, compondo tabelas de distribuição de esforços. Esta distinção não representa nenhuma modificação ou inserção na metodologia de Desenvolvimento de Software adotada pela CONTRATANTE. O processo está dividido nas seguintes fases:

3.1.4. FASES DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E FATURAMENTO

Fases de Serviço	Serviços	Produtos/artefatos esperados	% Faturável por produto
Definição	I - Estudo preliminar	- Documento de visão do projeto	1%
	II - Metrificação	Análise de UST's – Inicial	0%
	III - Planejamento	Cronograma de execução	1%
		Plano de trabalho	0%

Elicitação	IV Modelagem do negócio	-Documento de requisitos	4%
		Diagrama de Caso de uso	1%
Análise	V - Análise e desenho da solução	Especificação de caso de uso	4%
		Matriz de rastreabilidade, que consiste no modelo utilizado para visualizar a evolução de diferentes requisitos e pontos de interseção, de requisito X caso de uso	2%
		Diagrama de classe	2%
		Modelo de entidades e relacionamentos	2%
		Dicionário de dados	3%
		Protótipo	2%
		Plano de Testes	2%
		Especificação de caso de teste	4%
		Análise de UST's Contagem Intermediária	0%
		Códigos fontes	43%
Construção	VI - Execução	Matriz de rastreabilidade de caso de uso x código fonte	3%
		Análise de UST's Contagem Final	0%
		Caso de teste	6%

Testes do Software	VII - Validação	Scripts de testes	6%
		Evidências de testes	3%
Documentação	VIII – Manual do Usuário	Manual do usuário	5%
	IX – Manual do Produto	Manual de Instalação	0%
	X – Documento de Arquitetura	Documento de arquitetura da aplicação	3%
Documento de arquitetura do framework		3%	
Total			100%

a) Para fins de melhoria da gestão do projeto de software, as fases poderão ser subdivididas em ciclos menores, denominados iteração. Cada iteração deverá entregar pequenos subconjuntos dos produtos do projeto, os quais devem ser verificáveis e qualificáveis. A quantidade de iterações de cada fase de um projeto deverá ser especificada pela CONTRATADA no Plano de Iteração. Uma Fase com uma única iteração ou cada uma das iterações de uma fase não poderá exceder 30 (trinta) dias corridos.

b) As disciplinas aplicadas ao desenvolvimento de software ocorrem em concentrações diferenciadas de esforço através de todas as fases do processo.

3.1.5. DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

3.1.5.1 Serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação, plataforma WEB, linguagem JAVA, PHP e banco de dados PostgreSQL compreendendo, elicitação, documentação, desenvolvimento, a implantação,

treinamento e manutenção evolutiva, adaptativa e corretiva do sistema de gestão da administração da Autarquia Territorial Distrito Estadual de Fernando de Noronha, denominado NORONHANET composto pelos módulos: Cadastro de Moradores, Sistema de Controle Migratório, Controle de Veículos, Sistema de Arrecadação Tributária, Website Oficial e Sistema de Pagamento da taxa de preservação ambiental – SIN.

3.1.5.2 Prazo de Execução: 12 meses renovável por até 10 anos.

3.1.5.3 Implantação, Treinamento e Manutenção (Corretiva, Adaptativa, Evolutiva), Documentação, Consulta Técnica, Apoio Técnico:

3.1.5.4 Implantação: A implantação engloba a instalação e configuração dos sistemas objeto do contrato.

3.1.5.5 Treinamento: A CONTRATADA realizará treinamentos para equipe técnica da ATDEFN englobando todos os procedimentos relativos ao bom funcionamento dos sistemas objeto do contrato e sempre que necessário.

3.1.5.6 Manutenção: Assistência técnica durante a vigência do contrato;

3.1.5.7 Documentação: Trata-se da elaboração e/ou atualização da documentação de sistemas, de acordo com padrões estabelecidos pela ATDEFN, em que a CONTRATADA não tenha atuado em seu desenvolvimento. Corresponde a qualquer artefato, em conformidade com os processos de desenvolvimento e padrões de qualidade da ATDEFN, com o intuito de levantar e registrar informações necessárias para a manutenção de um determinado sistema.

3.1.5.8 Manutenção Corretiva: Alterações para correção de defeitos ou comportamentos inadequados que causem problemas de uso ou funcionamento, sem inserção de novas funcionalidades. Tais serviços, em função da sua criticidade, poderão ser prestados nas dependências da ATDEFN, com o objetivo de agilizar a solução dos problemas.

3.1.5.9 Manutenção Adaptativa: Adaptações por mudanças externas (negócio, legislação, ambiente operacional) sem inserção de novas funcionalidades.

3.1.5.10 Manutenção Evolutiva: É uma extensão do software além de seus requisitos funcionais originais para atender a alterações de regra de negócio ou necessidades que irão prover benefícios.

3.1.5.11 Documentação: Trata-se da elaboração e/ou atualização da documentação de sistemas, de acordo com padrões estabelecidos pela ATDEFN, em que a CONTRATADA não tenha atuado em seu desenvolvimento. Corresponde a qualquer artefato, em conformidade com os processos de desenvolvimento e padrões de qualidade da ATDEFN, com o intuito de levantar e registrar informações necessárias para a manutenção de um determinado sistema.

3.1.5.12 Consulta Técnica: Compreendem atividades de demandas de usuários da aplicação para levantamento de regras de negócio e procedimentos internos, extrações diretas a banco de dados, detalhamento de funcionalidades e restrições, resolução de dúvidas na utilização dos sistemas, entre outras atividades que se enquadrem nesse serviço. Fazem parte as reuniões técnicas.

3.1.5.13 Apoio Técnico: Compreende as demandas dos usuários ou equipe de tecnologia da informação da ATDEFN, para o qual a CONTRATADA deverá atender de forma presencial.

3.1.5.14 Sustentação de Sistemas

Entende-se como serviço de sustentação de software o conjunto de atividades necessárias para manutenção continuada de um software cujo principal resultado é manter a disponibilidade, estabilidade e desempenho do software em produção, dentro dos níveis de serviço estabelecido pela ATDEFN.

Os serviços de manutenção e sustentação abrangem, além dos sistemas legados, os que vierem a ser desenvolvidos e entregues por outras fábricas de software, que consiste em algum outro novo módulo do sistema que possa ser desenvolvido por outra empresa e que venha a ser incorporado no objeto desta contratação, após transcorrido todo o período de garantia, desde que estejam nas tecnologias do contrato.

3.1.5.15 Prazo de Execução: 12 meses renovável por até 10 anos.

3.1.5.16 Catálogo de Serviço de Sustentação de Sistemas

O serviço de sustentação de sistemas engloba atividades de análise e intervenção técnica devido a incidentes de TI detectados em sistemas no ambiente de produção, e demais atividades que garantam a disponibilidade destes sistemas, conforme relação abaixo: (Complexidade: A–Alta; B–Baixa; M–Média)

Grupo	Atividade	Descrição	Complexidade	Produto
Atendimento de TI	Incidente de TI	Analisar e responder incidentes de TI originados no ambiente de produção em consequência de erros, demandas judiciais e demandas abertas pelo service desk.	M	– Nota Técnica
	Solução de Contorno	Implementação de soluções de contorno devido ao resultado de análise de um incidente de TI.	M	– Código Fonte
	Problema Reincidente	Execução de procedimento ou solução de contorno já executado anteriormente devido a	B	– Código Fonte

		reincidência de um problema já conhecido.		
	Criar Ambiente	Criação de ambiente de desenvolvimento, homologação ou produção.	M	- Formulário de Criação de Ambiente

	Acompanha mento Implantação	Acompanhamento do processo de implantação de uma nova versão do sistema por profissional que tenha conhecimento comercial e técnico do sistema com o objetivo de evitar ou minimizar problemas na implantação, bem como realização de testes mínimos que garantam a continuidade de operação do sistema.	B	- Relatório de Atividades.
--	-----------------------------	--	---	----------------------------

Operação Assistida	Monitoramento do Sistema	acompanhamento da operação dos sistemas em períodos específicos, avaliando riscos, desempenho e outros indicadores que venham a ser definidos com reporte periódico para DTI e área gestora.	A	- Relatório de Atividades
	Configuração de Sistemas	Configuração do sistema mediante funcionalidades de parametrização e/ou cadastro de tabelas de apoio.	B	- Relatório de Atividades
	Configuração de Perfis no Sistema	Configuração de perfis de usuários do sistema por funcionalidade do sistema, ferramenta ou diretamente no BD	B	- Relatório de Atividades

	Criação, alteração ou exclusão de tabela	Criação, alteração e exclusão de tabelas de banco de dados. A alteração contempla os objetos relacionados a tabela: colunas, índices, constraints, triggers	B	- Script SQL
	Geração de script	Criação de scripts para alteração de registros, bem como extração de dados de tabelas do banco de dados.	B	- Script SQL

Banco de Dados	Criação, alteração de programas de BD	Criação de programas de banco de dados (procedures ou functions) para a execução de procedimentos específicos para atendimento de uma solicitação do usuário.	M- Script SQL
	Monitoramento de BD	Monitoramento de banco de dados.	M- Nota Técnica
	Engenharia Reversa	Realização de engenharia reversa em banco de dados.	B- Modelo de Dados
	Migração de dados	Execução de procedimentos de migração de dados.	M4. Documento de regras de migração 5. Script SQL
	Auditoria de dados	Auditoria da integridade dos dados.	M- Nota Técnica
	Tunning	Tunning e melhorias em banco de dados existentes.	M1. Nota Técnica 2. Script SQL
	Rotina de clean up	Execução de rotinas de limpeza do banco de dados (clean up)	B4. Nota Técnica 5. Script SQL

	Definição de arquitetura	Definição de arquitetura e elaboração de guias e procedimentos para orientar o desenvolvimento e manutenção dos sistemas da ATDEFN.	Ma. Documento de Arquitetura
--	--------------------------	---	------------------------------

Arquitetu ra			b.Guia de Programaç ão c. Guia de Projeto
	Alteração de componen te	Alteração de componentes arquiteturais de sistemas da ATDEFN que não estejam em garantia pela empresa contratada.	4.Especifica ç ão do Component e 5.Código Fonte 6. Teste Unitário
	Resolução de problema s arquiteturais	Resolução de problemas arquiteturais relacionados com mudança de plataformas, servidores ou versões de softwares.	M Técnica - Código Fonte - Evidência de Teste

3.1.6 DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

Para acompanhamento e planejamento dos serviços serão realizadas reuniões periódicas entre a CONTRATANTE e os representantes da CONTRATADA.

As reuniões serão obrigatoriamente registradas em ata assinada pelos presentes e juntada aos autos do processo de acompanhamento do contrato.

A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, para fins de encaminhamento de demandas ocorrerá via preposto ou substituto designado pela CONTRATADA.

Serão utilizados como instrumentos formais de comunicação entre o CONTRATANTE e CONTRATADA, os seguintes meios:

Atas de Reunião;

E-mails;

Ofícios;

Ordem de Serviço – OS;

Plano de Trabalho e Cronograma;

Relatórios de Controle de Mudanças.

3.1.7 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

Para as entregas de versões acordadas com a CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá seguir os critérios de aceitação conforme itens abaixo:

Os serviços deverão ser realizados respeitando as normas, guias, padrões e políticas de segurança da informação, de usabilidade, de acessibilidade e de gerência de configuração da ATI vigentes no momento da abertura da demanda. Estas políticas estarão sempre atualizadas e disponíveis no site da ATI (www.ati.pe.gov.br). As aplicações deverão passar por processo de homologação para verificação de aderência às políticas, antes de sua disponibilização em ambiente de produção.

A CONTRATADA deverá apresentar a estimativa em unidade de serviço técnico (UST) de cada entrega para aprovação da CONTRATANTE.

A aceitação será considerada definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação (03 dias), ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto da Lei nº 14.133/2021.

A CONTRATADA deverá entregar um relatório apresentando uma cobertura de 100% dos testes de unidade das funcionalidades solicitadas pela CONTRATANTE e de suas dependências, conforme matriz de rastreabilidade.

Caso a CONTRATADA não cumpra os critérios de aceitação, a CONTRATANTE não receberá a versão do sistema e poderá reter o pagamento da fatura até que os critérios sejam atendidos.

No aceite, a quantidade de Unidades de Serviço Técnico (UST) contratados será reavaliada pela CONTRATANTE, visando sua adequação aos requisitos e características reais do serviço executado. Existindo divergências, estas deverão ser tratadas entre as partes conforme as regras de medição ou contagem, definidas neste TR.

A aceitação final dos serviços não acarretará, de modo algum, a exoneração da CONTRATADA da responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes ou relacionados com a execução dos mesmos.

4. DA DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS TECNOLÓGICAS

4.1 DESCRIÇÃO DOS AMBIENTES TECNOLÓGICOS:

As atividades desenvolvidas pela CONTRATADA poderão ocorrer nos seguintes ambientes computacionais: Desenvolvimento, Homologação e Produção.

Os ambientes computacionais relacionados neste termo de referência devem ser exatamente iguais, mas, fazer uso de infraestrutura independente, de forma que falhas de um ambiente não comprometam os demais, assim como permitindo intervenções de manutenção e configuração em separado para cada ambiente.

A transferência de produtos entre os três ambientes deve ocorrer de forma controlada, obedecendo ao Plano de Gerenciamento de Configuração e Mudanças fornecidos pela CONTRATANTE.

Ambiente de Desenvolvimento

Será de responsabilidade da CONTRATADA a instalação e operacionalização do ambiente de Desenvolvimento, em suas próprias instalações e em conformidade a plataforma tecnológica da CONTRATANTE, não gerando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Ambiente de Homologação

Será de responsabilidade da CONTRATADA o Ambiente de Homologação, que será usado para a execução e realização de testes de aceitação dos produtos entregues pela CONTRATADA, não gerando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Para cada teste, deve ser realizado uma sequência de procedimentos, requisições ou transações a serem definidas no Plano de Testes, com o objetivo de identificar o impacto da mudança e/ou bugs que podem vir a existir nos softwares que foram entregues pela CONTRATADA;

A CONTRATADA deverá apresentar, no Plano de Testes, o período de uso do Ambiente de Homologação e versão do software;

Para colocar os produtos entregues no Ambiente de Homologação, a CONTRATADA deverá apresentar as Instruções Técnicas (IT) de instalação, junto com o Plano de Testes, a fim de colocar o ambiente nas condições de teste;

A Instrução Técnica deverá conter todos os procedimentos sequenciados (passo-a- passo) para o estabelecimento das condições de uso do produto entregue em produção, inclusive scripts, arquivos de configuração, programas executáveis, bibliotecas de software (dlls), carga de dados, alterações de configurações de hardware e etc.

Ambiente de Produção

O ambiente de produção está localizado no Aeroporto, situado na Vila dos Três Paus, arquipélago de Fernando de Noronha. Em função da latência (500 a 900 ms) alta das comunicações via satélite e em alguns momentos ausência do sinal, o servidor deverá fazer cache das solicitações entregando o conteúdo na velocidade da rede local.

Será de responsabilidade da CONTRATADA o ambiente de produção, que deverá entregar as Instruções Técnicas (IT) utilizadas para implementação no ambiente de homologação, acrescentando, unicamente, as alterações resultantes de diferenças entre os ambientes de produção e homologação.

A CONTRATADA deverá consolidar todas as Instruções Técnicas de forma a compor um Manual de Instalação de Ambiente de Produção.

5. DA DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS

5.1 CADASTRO DE MORADOR DE FERNANDO DE NORONHA

a) Descrição:

O cadastro de moradores é responsável pelo registro e emissão das carteiras de moradores permanentes, temporários, dependentes e cidadãos noronhenses.

b) Arquitetura:

O sistema possui uma arquitetura cliente / servidor com o software desenvolvido em 3 camadas sendo elas: persistência, regras de negócios e interface gráfica.

c) Camada de Persistência:

É a camada responsável pela comunicação entre o sistema e o banco de dados. Esta camada possui cadastros e repositórios que encapsulam os acessos aos dados. Utiliza a tecnologia hibernate para acesso ao banco de dados em postgre SQL 9.5.19.

d) Camada de regras de negócios:

É a camada onde são definidos os modelos e estrutura de dados necessários ao projeto assim como as regras de negócio atreladas ao mesmo. Interliga as camadas de persistência e interface gráfica, não havendo comunicação direta entre as mesmas. Sistema desenvolvido em Java 1.8.

e) Interface gráfica:

Camada de comunicação entre o usuário e o sistema. Interface desenvolvida em Spring Framework.

f) Tecnologias utilizadas:

Spring Framework;

Cliente / Servidor;

Desenvolvido em camadas sendo persistência (hibernate), Interface gráfica (JSP) e Spring;

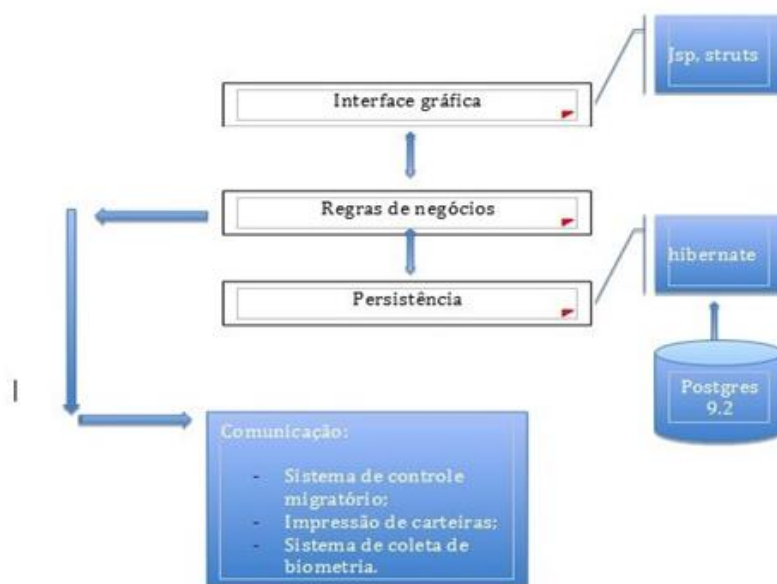
Banco de dados PostgreSQL 9.5.19;

Java 1.8.

g) Comunicações:

O sistema se comunica com o controle migratório através de web service. Se comunicar com Sistema de impressão das carteiras e sistema de coleta de biometria.

h) Diagrama:



5.2 SISTEMA DE CONTROLE MIGRATÓRIO

a) Descrição:

O sistema de controle migratório é responsável pelo controle do fluxo de entrada e saída de pessoas na Ilha, atuando no porto e no aeroporto. Dentre as funcionalidades existentes neste sistema estão a emissão de guias do turista, a cobrança da taxa de preservação ambiental, o cadastramento das isenções para prestadores de serviço, o check-in e check-out dos passageiros, o fluxo de caixa do aeroporto, o embarque e desembarque de passageiros, o controle da permanência do turista no porto e aeroporto, a emissão de confissões de débito, controle de fluxo de caixa e relatórios gerenciais, a integração com o sistema de pagamento TPA WEB para a importação de dados, entre outras.

b) Arquitetura:

O sistema possui uma arquitetura cliente / servidor com o software desenvolvido em 3 camadas, sendo elas: persistência, regras de negócios e interface gráfica.

c) Camada de Persistência:

É a camada responsável pela comunicação entre o sistema e o banco de dados. Esta camada possui cadastros e repositórios que encapsulam os acessos aos dados. Utiliza a tecnologia hibernate para acesso ao banco de dados em postgre SQL 9.5.19.

d) Camada de regras de negócios:

É a camada onde são definidos os modelos e estrutura de dados necessárias ao projeto assim como as regras de negócio atreladas ao mesmo. Interliga as camadas de persistência e interface gráfica, não havendo comunicação direta entre as mesmas. Sistema desenvolvido em Java 1.7.

e) Interface gráfica:

Camada de comunicação entre o usuário e o sistema. Interface desenvolvida em JSP (Java Server Pages) e struts 1.x.

f) Tecnologias utilizadas:

Struts 1.1;

g) Cliente / Servidor;

Desenvolvido em camadas sendo persistência (hibernate), Interface gráfica (JSP) e Struts 1.1;

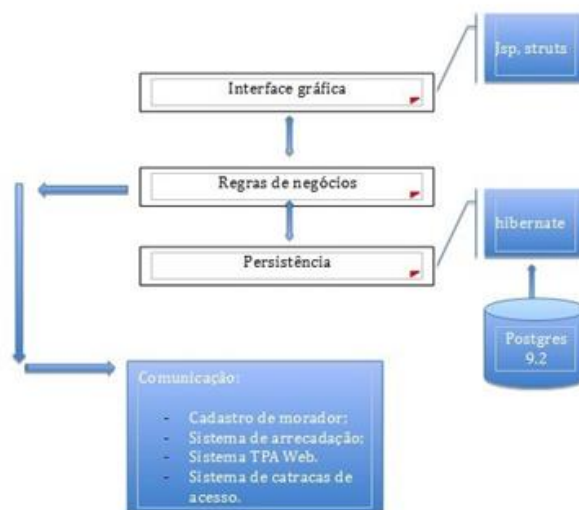
Banco de dados PostgreSQL 9.5.19;

Java 1.7.

h) Comunicações:

O sistema se comunica com o cadastro de morador, sistema de arrecadação, através de web service. Se comunicar com sistema de catracas de acesso e com o sistema de pagamento TPA Web.

i) Diagrama:



5.3 SISTEMA DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA

a) Descrição:

O sistema de arrecadação é responsável pela cobrança e gestão dos impostos e taxas da ilha. Entre outras funcionalidades o sistema conta com o cadastramento das empresas, prestadores de serviço, taxistas, entre outros com fluxograma de aprovação da empresa em todos os setores da ilha. Emissão de alvará de funcionamento das empresas. Emissão de cobrança de impostos TLL, ISS, Taxas diversas. Configuração e parametrização das taxas e impostos. Configuração e parametrização de

boletos. Controle de isenções. Relatórios. Reparcelamento e renegociação de taxas e impostos. Emissão de nota fiscal eletrônica. Área de acesso das empresas, entre outras funcionalidades.

b) Arquitetura:

O sistema possui uma arquitetura cliente / servidor com o software desenvolvido em 3 camadas, sendo elas: persistência, regras de negócios e interface gráfica.

c) Camada de Persistência:

É a camada responsável pela comunicação entre o sistema e o banco de dados. Esta camada possui cadastros e repositórios que encapsulam o acessos aos dados. Utiliza a tecnologia hibernate para acesso ao banco de dados em postgre SQL 9.5.19

d) Camada de regras de negócios:

É a camada onde são definidos os modelos e estrutura de dados necessárias ao projeto assim como as regras de negócio atreladas ao mesmo Interliga as camadas de persistência e interface gráfica, não havendo comunicação direta entre as mesmas. Sistema desenvolvido em Java 1.7.

e) Interface gráfica:

Camada de comunicação entre o usuário e o sistema. Interface desenvolvida em JSP (Java Server Pages) e struts 1.x.

f) Tecnologias utilizadas:

Struts 1.1;

Cliente / Servidor;

Desenvolvido em camadas sendo persistência (hibernate), Interface gráfica (JSP) e Struts 1.1 e Spring na MVC;

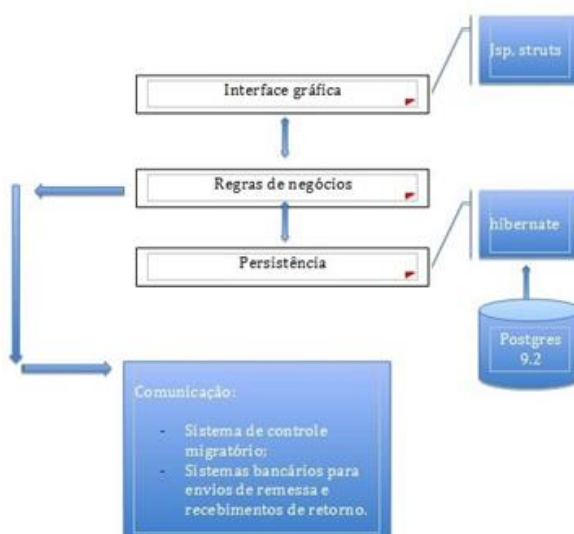
Banco de dados PostgreSQL 9.5.19;

Java 1.7.

g) Comunicações:

Comunicações: O sistema se comunica com o controle migratório, sistemas bancários, como Arquivo Retorno com pagamentos de TPA, Arquivo Retorno de Pagamentos com Cartão de Crédito.

h) Diagrama:



5.4 SISTEMA DE CONTROLE DE VEÍCULOS

a) Descrição:

O sistema de controle de veículos é responsável pelo cadastramento, regularização e processos de toda a frota de veículos da ilha. Dentre outras funcionalidades o sistema conta com cadastramento dos veículos, controle

completo de todos os tipos de processo ligados aos veículos como: saída para manutenção, permuta, venda, troca de propriedade, entre outros. Controle do fluxograma dos processos com aprovação dos diversos setores. Emissão de selos de regularização de veículos com QR Code para a fiscalização. Emissão dos documentos e certidões de todos os processos incluindo assinatura eletrônica, relatórios, entre outras funcionalidades.

b) Arquitetura:

O sistema possui uma arquitetura cliente / servidor com o software desenvolvido em 3 camadas, sendo elas: persistência, regras de negócios e interface gráfica.

Camada de Persistência:

É a camada responsável pela comunicação entre o sistema e o banco de dados. Esta camada possui cadastros e repositórios que encapsulam os acessos aos dados. Utiliza a tecnologia hibernate para acesso ao banco de dados em postgre SQL 9.5.19.

c) Camada de regras de negócios:

É a camada onde são definidos os modelos e estrutura de dados necessárias ao projeto assim como as regras de negócio atreladas ao mesmo. Interliga as camadas de persistência e interface gráfica, não havendo comunicação direta entre as mesmas. Sistema desenvolvido em Java 1.6.

d) Interface gráfica:

Camada de comunicação entre o usuário e o sistema. Interface desenvolvida em JSP (Java Server Pages) e struts 1.1.

e) Tecnologias utilizadas:

Struts 1.1;

Cliente / Servidor;

Desenvolvido em camadas sendo persistência (hibernate), Interface gráfica (JSP) e Struts 1.1 na MVC;

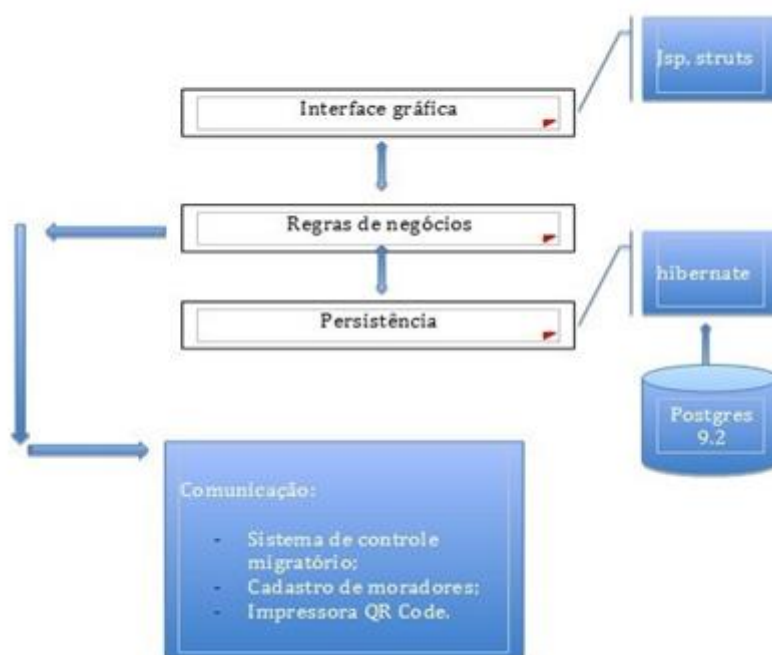
Banco de dados PostgreSQL 9.5.19;

Java 1.7.

f) Comunicações:

O sistema se comunica com o cadastro de moradores e o sistema de controle migratório e impressora de QR Code.

g) Diagrama:



5.5 SISTEMA DE PAGAMENTO DE TPA WEB – SIN – SISTEMA INTEGRADO DE NORONHA

a) Descrição:

O sistema de pagamento de TPA WEB SIN – SISTEMA INTEGRADO DE NORONHA é responsável pelo cadastramento dos turistas e pagamentos de TPA (Taxa de Preservação Ambiental) online seja por boleto bancário ou cartão de crédito. O sistema deve ser integrado a gateway de pagamentos que atenda em todo o território nacional. O sistema pode ser acessado

através do Website do arquipélago (www.noronha.pe.gov.br) e possui as mesmas regras de precificação da TPA Vigentes. O sistema de pagamento de TPA WEB se comunica com o sistema de controle migratório para realizar a consolidação dos pagamentos realizados.

b) Arquitetura:

O sistema possui uma arquitetura cliente / servidor com o software desenvolvido em 3 camadas sendo elas: persistência, regras de negócios e interface gráfica.

c) Camada de Persistência:

É a camada responsável pela comunicação entre o sistema e o banco de dados. Esta camada possui cadastros e repositórios que encapsulam o acessos aos dados. Utiliza a tecnologia hibernate para acesso ao banco de dados em PostgreSQL 15, PL/PgSQL.

d) Camada de regra de negócios:

É a camada onde são definidos os modelos e estrutura de dados necessárias ao projeto assim como as regras de negócio atreladas ao mesmo. Interliga as camadas de persistência e interface gráfica, não havendo comunicação direta entre as mesmas. Sistema desenvolvido Em Javascript, JQuery, HTML 5, Bootsrap 4, Servidor: PHP 7.2, Slim Framework.

e) Interface gráfica:

Camada de comunicação entre o usuário e o sistema. Interface desenvolvida em HTML 5.

f) Tecnologias utilizadas:

PHP 7.2;

Cliente / Servidor;

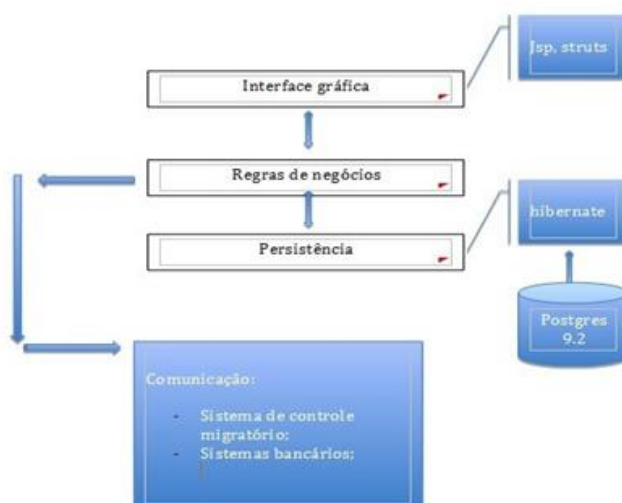
Slim Framework;

Banco de dados PostgreSQL 15;

g) Comunicações:

O sistema se comunica com o controle migratório, sistema de operadoras de cartões (Débito e Crédito) e sistemas bancários (importação de arquivos de pagamentos de títulos e cartões de crédito).

h) Diagrama:



5.6 WEBSITE OFICIAL DA AUTARQUIA TERRITORIAL DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA

a) Descrição:

O Website de Fernando de Noronha conta com todas as informações oficiais do arquipélago, entre elas: informações institucionais e administrativas, informações turísticas, notícias e informações de comunicação. São mais de 1500 páginas de conteúdo do arquipélago.

b) Arquitetura:

O sistema possui uma arquitetura cliente / servidor com o software desenvolvido em wordpress.

c) Tecnologias utilizadas:

Wordpress 6.7.2;

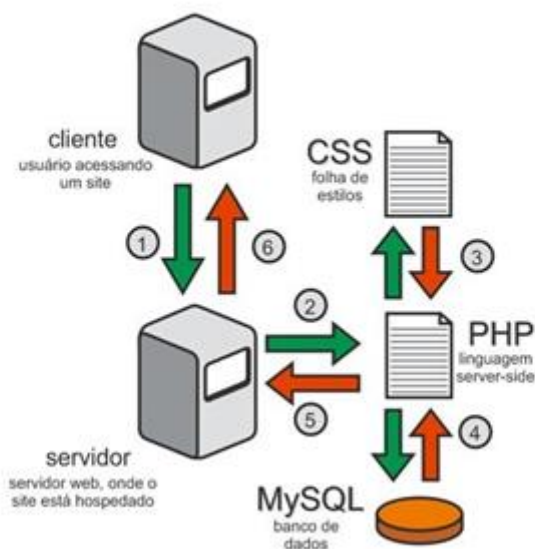
My SQL;

CSS.

d) Comunicações:

O sistema não possui comunicações externas.

e) Diagrama:



6. DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS

A contratada deve disponibilizar sistema de Gestão de Projetos que permita no mínimo:

Abertura de Ordem de Serviços, por meio de sistema Web para acompanhamento, registro de falhas, recorrências e soluções das ocorrências.

As Ordens de Serviço deverão conter todas as informações necessárias ao gerenciamento do projeto, como o tempo de início, nome das pessoas envolvidas, fone e e- mail do contato na CONTRATANTE quem foi posicionado acerca do projeto, associando as responsabilidades.

Monitorar remotamente os projetos por meio de acesso seguro via WEB e Link Dedicado.

Possuir Cronogramas, com registros e contagem de tempo.

Permitir o armazenamento de artefatos produzidos, com registros e rastreamento on-line.

Possuir histórico com toda documentação do Planejamento e Revisão do Planejamento de projeto de acordo com as ordens de serviço geradas.

Possuir workflow contemplando solicitação e acompanhamento das Ordens de serviço, etapas/fases do projeto, quem realizou cada etapa, localização da execução, quando executou e tempo gasto para execução.

O WorkFlow deve compreender também, as etapas de aceite, roteiro, codificação, testes, controle de qualidade interno e externo;

O sistema deve controlar o tempo gasto por cada profissional dentro de cada etapa do workflow;

O sistema deve registrar dúvidas pendentes e respondidas assim como emissão de respectivos relatórios;

O sistema deve disponibilizar ocorrências lançadas, ativas e passivas, assim como dúvidas e respostas, com contagem de tempo determinado para respostas de acordo com os níveis de serviço estabelecidos neste Termo de Referência;

O sistema deve classificar as ocorrências como relevante e irrelevantes, de acordo com os Níveis de Serviços estabelecidos;

Possuir roteiro e acompanhamento de testes por linguagem de programação;

Possuir controle e histórico de faturamento, permitindo a realização de auditorias quando necessário;

O sistema deverá possuir uma interface única para acesso às suas funcionalidades independentemente dos equipamentos ou tecnologias empregadas para a prestação dos serviços.

O Sistema deverá possuir indicadores e métricas que permitam aferir os níveis de serviço, desempenho do desenvolvimento e dos testes, possibilitando, inclusive a geração de relatórios.

O Sistema deverá registrar no log de históricos todos os acessos realizados, com autenticação de usuário, data e hora e deverá permitir a recuperação do registro de histórico.

7. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO - SLA

Os serviços deverão ser desenvolvidos nas instalações da CONTRATADA, exceto nas reuniões de levantamento, acompanhamento e entrega de produtos as quais poderão ocorrer nas instalações da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, link de acesso ao ambiente de Homologação para possibilitar a execução das atividades da disciplina de Teste.

Em caso de necessidade, o CONTRATANTE tornará disponível à CONTRATADA o acesso ao Ambiente de Produção para implantação de sistema entregue, pela janela de tempo estabelecida no Plano de Projeto e sempre sob sua fiscalização.

A CONTRATADA deverá manter, sem ônus para a CONTRATANTE, a compatibilidade entre seu Ambiente de Desenvolvimento e o ambiente de Produção durante toda a vigência do contrato, mesmo quanto a CONTRATADA optar pela atualização de versão dos softwares por superiores em seu ambiente.

É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a aquisição dos softwares de apoio, não havendo qualquer responsabilidade reversa a CONTRATANTE concernente à titularidade dos direitos de propriedade, inclusive os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre os programas.

Caso haja necessidade de acesso ao ambiente de produção da ATDEFN para execução dos serviços contratados, esta será analisada e tratada pelo gestor do contrato de acordo com as normas de segurança e acesso existentes na ATDEFN.

Antes da emissão de uma O.S. (Ordem de Serviço), a CONTRATANTE emitirá uma Solicitação de Proposta (SdP) para a CONTRATADA, indicando claramente o serviço desejado.

A CONTRATANTE se reserva o direito de alterar a metodologia de gerência de projetos a qualquer tempo, encaminhando a nova metodologia à CONTRATADA, que passará a adotá-la para as novas O.S.

A CONTRATADA fará comunicação formal e por escrito do cumprimento das O.S. emitidas pelo CONTRATANTE, entregando, juntamente com o comunicado, todos os produtos requeridos para as fases de produção de software/hardware abrangidas pela O.S.

As inconformidades encontradas nos produtos entregues serão comunicadas formalmente e por escrito à CONTRATADA.

Caso uma inconformidade impeça o prosseguimento da homologação dos produtos entregues, esse fato será indicado no comunicado de inconformidade e a contagem de prazo será interrompida até que impedimento seja resolvido.

8. DO PERÍODO DE GARANTIA

Os serviços prestados têm garantia total, durante o período do contrato, após o aceite da demanda pela CONTRATANTE.

Os serviços prestados têm garantia de 06 (seis) meses após o término do contrato.

A garantia consiste na assistência técnica e suporte aos produtos entregues pela CONTRATADA com relação às manutenções corretivas a serem realizadas nos produtos disponibilizados.

Abrange a correção de erros encontrados no código implementado, desde que o ambiente (configuração do Sistema Operacional, do Banco de Dados ou do Servidor de Aplicação) e o código fonte desses objetos não tenham sofrido

alterações por parte do CONTRATANTE após aceitação. Porém nos casos em que a CONTRATANTE comprove a existência de erros antes de alterações serem realizadas por parte desta o prazo de Garantia permanece o mesmo. Para todas as correções citadas neste item não haverá ônus à CONTRATANTE.

A EMPRESA CONTRATADA disponibilizará atendimento nos sete dias da semana, das 08:00 às 18:00, incluindo feriados, para qualquer necessidade relacionada com a atividade de manutenção corretiva durante o período da garantia e/ou contrato estabelecido com a CONTRATANTE.

O atendimento padrão de solicitações associadas à manutenção corretiva deverá seguir o seguinte procedimento:

No momento em que for identificado algum problema nas funcionalidades do sistema, os membros da equipe da CONTRATANTE deverão registrar a ocorrência e encaminhá-la para confirmação da CONTRATADA através da ferramenta de gestão de mudança indicada/adotada pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA terá até 04 (quatro) horas úteis para registrar o recebimento da demanda na ferramenta de controle de mudanças.

Para os registros de erros na ferramenta de controle de mudanças, a CONTRATADA deverá iniciar o atendimento nos prazos descritos conforme classificação da severidade da solicitação.

A tabela abaixo apresenta as descrições de cada severidade que servirá para classificar cada solicitação de mudança quanto ao seu impacto.

Severidade	Descrição das Severidades
Blocker	Um problema que impede a continuação dos trabalhos sobre o produto até que seja resolvido.

Critical	Um problema crítico que faz o produto do trabalho inadequado para o uso e/ou ser incapaz de prestar os serviços. Os problemas desta severidade resultam geralmente na substituição ou no reparo de todos os produtos que contêm o artigo defeituoso. Se o produto ainda tiver sido enviado com o defeito, o defeito fará com que o produto fique inadequado para a entrega até que esteja resolvido.
Maior	Um problema sério que produza a perda intermitente das funcionalidades ou degrade o desempenho. Os problemas desta severidade usualmente resultam numa descontinuação da produção e distribuição do produto até que o problema seja corrigido.
Normal	Um problema moderado que restringe, mas não impede, o usuário de realizar a função desejada. O cliente provavelmente ignorará o problema ou encontrará um caminho alternativo. Os problemas conhecidos com esta severidade podem ser liberados em um produto somente se os riscos forem avaliados, documentados, e aprovados pelo gerente de projeto.
Menor	Um problema menor que não impeça o usuário de realizar as funções desejadas. O CONTRATANTE pode ou não perceber o problema, e é improvável registrar uma queixa. A percepção do cliente da qualidade de produto pode ser danificada se diversos problemas como essa severidade forem evidentes. A correção destes problemas pode ser adiada para um release seguinte sem justificção formal.
Trivial	Um problema transparente invisível ao CONTRATANTE. A correção destes problemas pode ser adiada para o próximo

	release sem justificção formal.
--	---------------------------------

O prazo para correção de defeito de software será estabelecido com base na severidade do incidente:

Severidade ALTA: Defeito que impeça a utilização do software ou de funcionalidade indispensável a este, comprometendo de forma crítica uma atividade de negócio da CONTRATANTE, tendo a CONTRATADA 8 (oito) horas corridas, atendimento remoto ou presencial em Recife, e 32 (Trinta e duas) horas corridas, atendimento presencial em Fernando de Noronha, a contar da comunicação da falha pela CONTRATANTE, para sanar o problema ou executar ação paliativa que coloque o incidente em severidade média;

Severidade MÉDIA: Defeito que comprometa a utilização do software ou de parte deste, prejudicando a produtividade de uma atividade de negócio da CONTRATANTE de forma claramente observável, tendo a CONTRATADA 2 (dois) dias corridos, a contar da comunicação da falha pela CONTRATANTE, para sanar o problema ou executar ação paliativa que coloque o incidente em severidade baixa;

Severidade BAIXA: Defeito do software que não comprometa significativamente uma atividade de negócio do CONTRATANTE, tendo a CONTRATADA 20 (vinte) dias corridos, a contar da comunicação da falha pelo CONTRATANTE, para sanar o problema.

Caso a solução apresentada pela CONTRATADA não repare o defeito, nem surta o efeito paliativo a que se propôs, a CONTRATANTE fará a comunicação do não aceite da solução e a contagem do tempo de correção será retomada do ponto e severidade em que foi interrompida.

A identificação e a comunicação formal de defeito de software deverão ser feitas dentro do prazo de garantia, devendo a correção ser realizada ainda que a conclusão do serviço extrapole o prazo de garantia.

Como parte integrante da garantia dos serviços, a CONTRATADA deverá realizar a transferência de conhecimento (mentoring) para os profissionais indicados pela CONTRATANTE, no que diz respeito tanto ao funcionamento

quanto a utilização da ferramenta, detalhando as peculiaridades das regras de negócio. A transferência dar-se-á através da realização de seminários técnicos realizados na dependência da CONTRATANTE, relativos aos aplicativos desenvolvidos. Este serviço deverá ser realizado nas instalações da CONTRATANTE durante o período de garantia dos serviços. Quanto ao processo de mentoring, devem ser observados os seguintes pontos:

Os custos da equipe para transferência de conhecimento deverá está incluso no valor do Serviço;

A CONTRATADA deve elaborar o Plano de Transição, no prazo de 30 (Trinta) dias corridos antes do encerramento do contrato, para transferência integral e irrestrita dos conhecimentos, competências e documentação necessárias e suficientes para plena continuidade dos serviços. A carga horária mínima para efetuar o mentoring ficará a cargo da CONTRATADA, podendo variar de acordo com a complexidade que cada sistema entregue, deverá ser realizado num prazo de 60 dias e validado pela CONTRATANTE.

O mentoring será realizado em dias úteis e horário comercial a ser acordado entre as partes;

Todo material didático poderá ser entregue em forma eletrônica.

9. DA PROPRIEDADE, SIGILO E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES

Para hospedagem do código fonte com controle de versão usando o GIT, será adotada a ferramenta GitHub, uma plataforma amplamente utilizada e adotada pela Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI.

A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE toda e qualquer documentação produzida decorrente da prestação de serviços, objeto desta licitação. A CONTRATANTE terá o direito de propriedade sobre todos os softwares, planos, esboços, especificações, desenhos, relatórios e outros documentos gerados durante a execução dos serviços pela CONTRATADA;

A CONTRATANTE tem, em caráter definitivo, o direito patrimonial e a propriedade intelectual dos sistemas mantidos e dos resultados produzidos durante a vigência do contrato, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados,

esquemas, plantas, desenhos, diagramas, fontes dos códigos dos programas em qualquer mídia, páginas na Intranet e Internet e documentação didática em papel ou em mídia eletrônica;

Todas as informações, imagens, aplicativos e documentos que forem manuseados e utilizados, são de propriedade da CONTRATANTE, não podendo ser repassadas, copiadas, alteradas ou absorvidas na relação de bens da CONTRATADA, bem como, de seus executores, sem expressa autorização do Gestor do Contrato;

Os executores da CONTRATADA receberão acesso privativo e individualizado, não podendo repassá-los a terceiros, sob pena de responder, criminal e judicialmente, pelos atos e fatos que venham a ocorrer, em decorrência desse ilícito;

Será considerado ilícito a divulgação, o repasse ou a utilização indevida de informações, bem como dos documentos, imagens, gravações e informações utilizados durante a prestação dos serviços;

A CONTRATADA obriga-se a dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito,

sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços;

Guardar inteiro sigilo dos dados processados, reconhecendo serem estes de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, sendo vedada à CONTRATADA sua cessão, locação ou venda a terceiros sem prévia autorização formal da CONTRATANTE, de acordo com os termos constantes do ANEXO C – MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO;

Deverá ser firmado um Termo de Confidencialidade e Sigilo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, de acordo com o modelo supramencionado, estabelecendo o compromisso de que todos os profissionais envolvidos na prestação dos serviços não divulgarão nenhum assunto tratado na execução e gestão do objeto da licitação, bem como sobre todos os ativos de informações e de processos;

Todas as informações obtidas ou extraídas pela CONTRATADA quando da execução dos serviços deverão ser tratadas como confidenciais, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo a CONTRATADA zelar por si e por seus sócios, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto sobre os dados, informações,

documentos, especificações técnicas e comerciais de que eventualmente tenham conhecimento ou acesso em razão dos serviços executados;

Cada profissional a serviço da CONTRATADA deverá estar ciente de que a estrutura computacional da CONTRATANTE não poderá ser utilizada para fins particulares; A navegação em sítios da Internet ou acessadas a partir dos equipamentos poderão ser auditados;

O correio eletrônico fornecido pela CONTRATANTE, bem como navegação em sítios da Internet ou acessadas a partir dos seus equipamentos poderão ser auditados.

10. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA E DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

10.1 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

10.1.1 O valor estimado mensal para a contratação é de R\$ 41.302,40 (quarenta e um mil trezentos e dois reais e quarenta centavos) , perfazendo o valor estimado global de R\$ 495.628,80 (quatrocentos e noventa e cinco mil seiscentos e vinte e oito reais e oitenta centavos), para 12 (doze) meses.

10.2 CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

10.2.1 As despesas decorrentes desta licitação serão incluídas no orçamento do Estado de Pernambuco, para o presente exercício, na classificação abaixo:

Declaramos para os devidos fins, e em conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA, do exercício de 2026, e com a legislação vigente, que há previsão orçamentária no exercício de 2026 para atender despesas contidas no objeto abaixo:

Campo	Descrição/Informação
Objeto	Aporte Orçamentário para contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em tecnologia da informação, compreendendo manutenção evolutiva, adaptativa e corretiva, bem como a sustentação do Sistema de Gestão da Autarquia Territorial Distrito Estadual de Fernando de Noronha – ATDEFN, conforme Despacho 727 (78982585)

Motivação	A solicitação é necessário para garantir a continuidade, segurança e funcionamento adequado do Sistema de Gestão da ATDEFN, essencial às atividades administrativas, financeiras e operacionais da Autarquia. A contratação assegura a manutenção, atualização e sustentação do sistema, evitando interrupções dos serviços e prejuízos à gestão pública.
Valor	Valor Estimado é de R\$ 495.628,80 (quatrocentos e noventa e cinco mil seiscentos e vinte e oito reais e oitenta centavos)
Processo SEI	0030900026.005199/2025-21
Unidade Orçamentária (UO)	309
UG	610600 / 610601
Programa de Trabalho	04.122.0450.4404.2466
Natureza da despesa	3.3.90
Fonte de Recurso	0753

Campo	Descrição/Informação
-------	----------------------

Ficha Financeira	CUSTEIO - Serviços de Informática
------------------	-----------------------------------

10.3 JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

10.3.1 No caso de aquisições de bens, em regra, devem ser objeto de licitações exclusivas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) quando os itens de contratação possuírem valor estimado de até 80 mil reais ou devem ser reservadas cotas de até 25% do quantitativo para essas empresas caso os valores estimados dos itens/lotos forem superiores a 80 mil reais e a natureza dos bens a serem adquiridos seja divisível, nos termos do art. 48, I e III, da LC nº 123/2006.

10.3.2 Considerando que não há lote de valor igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a presente licitação não possui lote exclusivo à participação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.3.3 Em relação ao inciso III, do art. 48 da legislação supracitada, o parcelamento do objeto em lotes reservados à ME/EPP, conforme item 2.4 deste termo de referência, é inviável técnica e financeiramente, já que existe a necessidade técnica de integração, compatibilidade e entrega da solução, e o parcelamento poderia prejudicar o funcionamento do sistema como um todo, gerando prejuízos para a APE. Quanto ao aspecto financeiro, o parcelamento pode aumentar os custos administrativos e de gestão do contrato, ao passo que o agrupamento dos equipamentos num lote único, permite que os fabricantes concedam descontos agressivos durante a licitação.

11. DA LICITAÇÃO

11.1 MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO, REGIME DE EXECUÇÃO E MODO DE DISPUTA

11.1.1 A licitação será processada na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO , tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL.

11.1.2 O objeto será executado por meio do regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

11.1.3 O modo de disputa a ser utilizado é o aberto-fechado.

11.1.4 Utilizou-se o pregão, com critério de julgamento por menor preço, uma vez que se trata de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado (art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021). Ainda, utilizou-se o modo de disputa aberto por entender que este promove uma maior disputa entre os licitantes e, conseqüentemente, tem o maior potencial de alcançar melhores preços para a Administração. Por fim, não foram observadas vantagens com a utilização dos modelos fechado-aberto e aberto-fechado.

11.2 PROPOSTA

11.2.1 PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

11.2.1.1 As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, independente de declaração da licitante.

11.2.1.3 DA PROVA DE CONCEITO – POC

11.2.1.3.1 Será adotada, como etapa obrigatória da fase de julgamento, a realização de Prova de Conceito (PoC), com natureza eliminatória, conforme condições descritas neste Termo de Referência. Somente os licitantes aprovados na PoC, que comprovarem capacidade técnica mínima para execução do objeto serão habilitados e classificados para fins de julgamento, em até 05 dias úteis.

11.2.1.3.1 OBJETIVO DA POC

Avaliar a capacidade técnica e operacional da empresa candidata em realizar atividades de manutenção corretiva, evolutiva, adaptativa e sustentação em sistemas legados da ATDEFN.

11.2.1.3.2 ESCOPO DA POC

A empresa deverá executar as seguintes atividades em ambiente controlado:

- Diagnóstico e Correção de Bug
- Corrigir um erro previamente identificado em um sistema legado (será fornecido um ambiente simulado e os fontes do sistema).
- Documentar a causa raiz, a solução proposta e os testes realizados.

Evolução Funcional:

- Implementar uma pequena funcionalidade adicional (ex: novo campo em formulário e seu respectivo tratamento no backend e frontend).

- Entregar com documentação da alteração e código-fonte comentado.

Adequação Técnica (Refatoração):

- Refatorar trecho de código para boas práticas (ex: melhorar legibilidade, aplicar padrão de projeto, ou modernizar código obsoleto).

Ambiente de Versionamento e Implantação:

- Demonstrar o uso de sistema de controle de versão (ex: Git).
- Apresentar o processo de build/deploy utilizado na PoC.

11.2.2 REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO

11.2.3 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.2.3.1 As sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência relativa ao registro ou inscrição na entidade profissional competente no Brasil, quando for o caso, por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a respectiva entidade profissional.

11.2.3.2 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, em nome da licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito

público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

11.2.3.3 Para fins de comprovação, os atestados/certidões deverão dizer respeito à prestação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação, relacionados ao desenvolvimento, manutenção, sustentação ou evolução de sistemas de informação, envolvendo tecnologias e linguagens pertinentes, tais como: Java (versões 1.6, 1.7 ou 1.8), PHP, bancos de dados MySQL e/ou PostgreSQL (versão 9.5.19 ou superior), JSP (Java Server Pages), Struts, Spring Framework, Javascript, JQuery, HTML5, Bootstrap, Slim Framework e Wordpress, não sendo exigida a comprovação simultânea de todas as tecnologias listadas, desde que demonstrada compatibilidade com o objeto.

11.2.3.4 Será considerado compatível com a quantidade o conjunto de atestados ou certidões que comprovem a execução mínima de 40% (quarenta por cento) das quantidades estimadas para o respectivo lote/item, limitadas à parcela de maior relevância e valor significativo do objeto, admitida a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote/item.

11.2.3.4.1 Para fins de aferição do percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) relativo à qualificação técnica, caso o resultado apresente casas decimais, deverá ser realizado o arredondamento para o número inteiro imediatamente inferior.

11.2.3.4.2 Será admitido, para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, o somatório das quantidades descritas em um ou mais atestados apresentados.

11.2.4 VISTORIA PRÉVIA

11.2.4.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, pois função da ALTA LATÊNCIA (600 ms) das comunicações via satélite, e em alguns momentos ausência do sinal, os serviços de

manutenção e sustentação apresenta um nível de criticidade elevado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

11.2.4.2 A vistoria deverá ocorrer até o dia anterior à data da abertura do certame, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, por representante legal da empresa participante ou responsável técnico, por meio de agendamento prévio, a ser realizado em dias úteis, no horário de 08h às 12h e das 13h às 17h, com o setor Gerente de TI da Gerência de Tecnologia da Informação (GTI) por intermédio do telefone (81) 3182-9642/9643 ou e-mail: ari.lucena@noronha.pe.gov.br;

11.2.4.3 Durante a vistoria, a LICITANTE deverá observar, entre outros aspectos, o grau de dificuldade para execução dos serviços, diagnóstico dos requisitos necessários para prestação desses, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento dos mesmos.

11.2.4.4 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

11.2.4.5 Será emitida pela GTI a Declaração de Vistoria, de acordo com o modelo constante no ANEXO A – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA, que deverá ser apresentada, pela empresa interessada a participar do certame objeto deste Termo de Referência.

11.2.4.6 A LICITANTE não terá direito a isenção da taxa de preservação ambiental – TPA, na visita técnica, bem como quando em atividade no arquipélago; Durante a vistoria, a LICITANTE será acompanhada por profissional designado pela GTI, e deverá observar, entre outros aspectos, o grau de dificuldade para execução dos serviços, diagnóstico dos requisitos necessários para prestação desses, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento dos mesmos;

11.2.4.7 O licitante deverá atestar, sob pena de inabilitação, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo de declaração constante no edital.

11.2.4.8 Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo de declaração constante no edital.

11.2.4.9 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

11.2.5 . REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.2.5.1 Comprovação do Capital Social correspondente a 10 % (dez por cento) do valor estimado da licitação para o respectivo lote , exigindo-se a comprovação cumulativa quando da classificação provisória em primeiro lugar em mais de um lote.

11.2.5.2 Comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----
----- = igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----
----- = igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----
= igual ou superior a 1

Passivo Circulante

12. DO CONTRATO

12.1 PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRORROGAÇÃO

12.1.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.2 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que os sistemas de informação da ATDEFN operam de forma ininterrupta e suportam atividades essenciais da Autarquia, exigindo monitoramento constante, manutenção permanente, correção imediata de falhas, atualização tecnológica recorrente e suporte contínuo aos usuários.

12.1.3 A natureza dinâmica das atividades administrativas e operacionais demanda que os sistemas permaneçam estáveis, seguros e disponíveis em tempo integral, razão pela qual a prestação dos serviços não se esgota em um único ato, mas deve ocorrer de maneira contínua ao longo do tempo para garantir a continuidade do serviço público, a integridade dos dados, a confiabilidade das operações e o adequado funcionamento da infraestrutura tecnológica.

12.2 PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO OU RETIRADA DO INSTRUMENTO EQUIVALENTE

12.2.1 Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

12.3 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

12.3.1 As obrigações da Contratante serão detalhadas na minuta do contrato anexa ao Edital da presente licitação.

12.4 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.4.1 As obrigações da Contratada encontram-se detalhadas na Minuta do Contrato anexa ao Edital da presente licitação.

12.5 PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

12.5.1 A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5.2 As demais disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

12.6 DA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

12.6.1 Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o fornecimento do objeto pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública.

12.7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.7.1 As obrigações dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização da presente contratação estão detalhadas no Decreto Estadual nº 51.651/2021, bem como, serão dispostas na minuta do contrato, anexo ao Edital deste certame.

12.7.2 A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por e-mail através do endereço noronha@noronha.pe.gov.br, sem prejuízo de outros meios disponíveis.

12.7.3 A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço: Administração do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, Setor de TI. Av. Rio Capibaribe, 147, São José. Recife-PE. CEP: 50.030-230.

12.7.4 A Gestão da presente contratação ficará a cargo do(a) Gestor de Tecnologia da Informação – GTI da ATDEFN.

12.7.5 A Fiscalização da presente contratação ficará a cargo do_ Analista de Tecnologia da Informação e Comunicação da ATDEFN

12.8 DOS CRITÉRIOS E PRAZOS PARA PAGAMENTO

12.8.1 As disposições sobre o tema serão detalhadas na minuta do contrato, anexo do Edital do presente certame.

12.9 DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

12.9.1. Os indicadores abaixo serão utilizados para avaliação dos serviços prestados:

Tabela 1: Estimativa de UST por tipo de serviço

Código	Descrição do serviço	UST por unidade
1	Solicitação de alteração de baixa complexidade	30
2	Solicitação de alteração de média complexidade (tipo A)	80
3	Solicitação de alteração de média complexidade (tipo B)	90
4	Solicitação de relatórios customizados	30

	Código Descrição do serviço	UST unidade	por
5	Alterações de conteúdo no website de Fernando de Noronha	40	
6	Correções em dados sensíveis	40	
7	Criação e configuração de ambientes nos servidores	50	
8	Alterações no sistema de transações financeiras (TPA)	60	
9	Novas integrações entre os sistemas	80	

Tabela 2: Registro de chamados (exemplo)

Chamado	Data	Descrição breve	Código UST	Quantidade	Total UST
2026-001	15/03/2024	Ajuste no relatório de moradores	3	10	30
2026-002	16/03/2024	Correção de carteira de morador	6	5	30
2026-003	17/03/2024	Integração com novo sistema de pagamento	10	5	50
2026-004	18/03/2024	Alteração de página no site (fotos)	2	10	20
2026-005	19/03/2024	Desenvolvimento de nova funcionalidade média	6	10	60

12.9.2. O pagamento será parcial ou totalmente glosado, de acordo com os indicadores previstos neste item quando a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou quando deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou, ainda, quando os utilizar com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.9.3. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a CONTRATANTE, através do fiscal do CONTRATO, atestará a medição mensal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do relatório, comunicando à CONTRATADA o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente Nota fiscal ou documento de cobrança equivalente.

13. DAS SANÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

13.1 SANÇÕES A SEREM APLICADAS NA FASE DE LICITAÇÃO

13.1.1 As disposições sobre sanções administrativas aplicáveis durante a licitação e aquelas praticadas no período situado entre a adjudicação e a assinatura do instrumento contratual serão previstas no Edital do presente certame.

13.2 SANÇÕES A SEREM APLICADAS DURANTE A CONTRATAÇÃO

13.2.1 As penalidades relativas a infrações cometidas no curso da contratação serão devidamente consignadas na minuta do contrato, anexa ao Edital do presente certame.

ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo A – Modelo de proposta

Anexo B – Modelo de ordem de serviço

Anexo C -Modelo de Relatório Mensal de Avaliação dos Serviços Executados (com orientações para elaboração de instrumentos de avaliação de resultados)

Anexo D – Estudo Técnico Preliminar

Anexo E- Quadro Resumo

Recife, data da assinatura eletrônica.

Ari Lucena

NORONHA – Gerente de TI

Observação: Este termo de referência foi elaborado de acordo com os instrumentos padronizados da PGE: Edital de Serviço (Atualizado em 04/06/2025), Minuta do Contrato de Serviço (Atualizada em 28/05/2025) e Minuta da Ata de Registro de Preços (Atualizada em 12/06/2025).

DATA DE VERSÃO DO TR SAD 27/06/2025

ANEXO A

MODELO DE PROPOSTA

À

SECRETARIA _____

PROCESSO Nº _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas, nossa Proposta de Preços, para o objeto da presente Licitação, de acordo com as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos e de acordo com a planilha abaixo detalhada:

Lote

Item	Código E- Fisco	Descrição	Unidade	Quantidade (A)	Preço Unitário Mensal (B)	Preço Unitário Anual (C)) = (B) x 12	Valor Total (12 meses) (D) = (A) x (C)
1					R\$	R\$	R\$
2					R\$	R\$	R\$
3					R\$	R\$	R\$
4					R\$	R\$	R\$

VALOR TOTAL

R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____
(_____).

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (_____) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração do licitante.

DECLARAMOS QUE ESTAMOS DE ACORDO COM TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Recife, _____ de _____ de 202____.

Assinatura

Cargo

ANEXO B

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

LOTE/ITEM _____

OS Nº: _____ / 20 ____

CONTRATO Nº: _____ / 20 ____ (PROCESSO LICITATÓRIO: _____)

PERÍODO DE VIGÊNCIA: De ____ / ____ / 20____ a ____ / ____ / 20____

INÍCIO DA EXECUÇÃO: ____ / ____ / 20____

PRAZO PARA Informar o prazo e o item do contrato o qual se
EXECUÇÃO: refere

CONTRATANTE: Informar o setor e o órgão/entidade responsável

CONTRATADA:

OBJETO:

ITEM/LOTE	CÓDIGO E- FISCO	DESCRIÇÃO	QUANT.
1		Informar as atividades e/ou referenciar os itens do TR os quais se referem	

2

3

4

5

6

7

8

TOTAL

Os serviços deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas e demais condições exigidas no Termo de Referência.

Recife, ____ de _____ de 20____.

Nome/Cargo/Matrícula do responsável do órgão/entidade

Representante legal da empresa

ANEXO C

MODELO DE RELATÓRIO MENSAL DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS
EXECUTADOS

ÓRGÃO/ENTIDADE:

MÊS DE REF.:

DATA:

UNIDADE:

CONTRATO N°: ____ / 20 ____ (PROCESSO LICITATÓRIO: _____)

PERÍODO DE VIGÊNCIA: De ____ / ____ / 20____ a ____ / ____ / 20____

INÍCIO DA EXECUÇÃO: ____ / ____ / 20____

VERIFICAÇÃO DOS QUANTITATIVOS SEM EFETIVA OPERAÇÃO

Código	Descrição do serviço	UST por unidade
1	Solicitação de alteração de baixa complexidade	30
2	Solicitação de alteração de média complexidade (tipo A)	80
3	Solicitação de alteração de média complexidade (tipo B)	90
4	Solicitação de relatórios customizados	30
5	Alterações de conteúdo no website de Fernando de Noronha	40
6	Correções em dados sensíveis	40
7	Criação e configuração de ambientes nos servidores	50
8	Alterações no sistema de transações financeiras (TPA)	60
9	Novas integrações entre os sistemas	60

Tabela 2: Registro de chamados (exemplo)

Chamado	Data	Descrição breve	Código UST	Quantidade	Total UST
2026-001	15/03/2024	Ajuste no relatório de moradores	3	10	30

Chamado	Data	Descrição breve	Código UST	Quantidade	Total UST
2026-002	16/03/2024	Correção de carteira de morador	6	5	30
2026-003	17/03/2024	Integração com novo sistema de pagamento	10	5	50
2026-004	18/03/2024	Alteração de página no site (fotos)	2	10	20
2026-005	19/03/2024	Desenvolvimento de nova funcionalidade média	6	10	60

DATA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO ATENDIDO NÃO ATENDIDO

QUADRO DE INDICADORES

REGISTRO DAS ATIVIDADES VERIFICADAS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
COM AS RESPECTIVAS PONTUAÇÕES

ATIVIDADE EXECUTADA	REPRESENTATIVIDADE NO PAGAMENTO	DATA QUANTIDADE	DETALHAMENTO / JUSTIFICATIVA
------------------------	------------------------------------	-----------------	---------------------------------

TOTAL DE QUANTIDADE POSSÍVEL

TOTAL DE QUANTIDADE OBTIDA

VALOR MENSAL TOTAL R\$

VALOR A SER DESCONTADO POR ATIVIDADES NÃO EXECUTADAS R\$

VALOR MENSAL DE REFERÊNCIA APÓS DESCONTOS DAS ATIVIDADES
NÃO EXECUTADAS R\$

TOTAL DE QUANTIDADE OBTIDA NO MÊS

PERCENTUAL A SER APLICADO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

VALOR A SER PAGO R\$

CONSIDERAÇÕES - GESTOR DO CONTRATO

JUSTIFICATIVA/PRAZO PARA EXECUÇÃO OU CORREÇÃO DOS SERVIÇOS -
CONTRATADA

_____	_____
Assinatura (Fiscal do Contrato)	Assinatura (Gestor do Contrato)
Nome/Cargo	Nome/Cargo
Data: ___/___/___	Data: ___/___/___

Assinatura (Representante da Contratada)

Nome/Cargo

Data: ___/___/___

local, _____ de _____ de 20__.

Responsável do órgão/entidade

ANEXO D

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP TIC

Planejamento da Contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, bem como sustentação do Sistema de Gestão da ATDEFN – NORONHANET.

Processo SEI nº: 0030900026.005199/2025-21
Órgão: Autarquia Territorial do Distrito Estadual de Fernando de Noronha – ATDEFN

1. PREÂMBULO

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP constitui a primeira etapa do planejamento da contratação de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), nos termos do Decreto Estadual nº 53.384/2022 e da Portaria ATI nº 44, de 30 de dezembro de 2024.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar as alternativas disponíveis para atendimento da demanda institucional da ATDEFN, demonstrando a viabilidade técnica e econômica da solução escolhida, de modo a subsidiar a elaboração do Termo de Referência e o prosseguimento do processo de contratação.

A demanda decorre da necessidade de garantir a continuidade operacional, a segurança da informação, a atualização normativa e a evolução funcional dos sistemas corporativos que sustentam as atividades administrativas, operacionais e finalísticas da Autarquia.

Publicidade e Classificação da Informação

O presente ETP não contém informações classificadas ou sigilosas, nos termos da Lei nº 14.804/2012. Eventuais dados sensíveis relacionados a estimativas de custos serão tratados nos artefatos próprios da fase subsequente, observada a legislação aplicável.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação visa suprir a necessidade de serviços técnicos especializados em TIC para manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, bem como sustentação continuada do sistema institucional da ATDEFN, denominado NORONHANET.

Os sistemas abrangidos — Cadastro de Moradores, Controle Migratório, Controle de Veículos, Arrecadação Tributária (TPA, ISS, TLL), Website Oficial e Sistema de Pagamento da Taxa de Preservação Ambiental (SIN) — constituem a plataforma tecnológica central para execução das atividades-fim da Autarquia.

A necessidade é agravada por:

Crescente demanda por serviços digitais;

Isolamento geográfico do Arquipélago;

Criticidade dos sistemas para arrecadação, controle migratório e prestação de contas a órgãos de controle.

A não contratação implica risco concreto de descontinuidade de serviços públicos essenciais, falhas operacionais, prejuízos à arrecadação e exposição a riscos legais e de segurança da informação.

3. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Área Requisitante:
Autarquia Territorial do Distrito Estadual de Fernando de Noronha – ATDEFN

Área Técnica (TI):
Gerência de Tecnologia da Informação – ATDEFN

Integrante da Equipe de Planejamento da Contratação:
Ari Alves de Lucena
Cargo/Função: Gerente de Tecnologia da Informação – ATDEFN

A equipe foi constituída nos termos do art. 5º da Portaria ATI nº 44/2024, sendo responsável pela elaboração, validação técnica e acompanhamento dos artefatos da contratação.

4. ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

A contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) e às diretrizes de governança digital do Estado de Pernambuco, sendo indispensável à manutenção e à continuidade dos serviços públicos digitais estratégicos da Autarquia Territorial do Distrito Estadual de Fernando de Noronha – ATDEFN.

A solução proposta está em consonância com as metas de transformação digital do Estado, bem como com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da Autarquia, contribuindo diretamente para o aprimoramento da eficiência na arrecadação tributária, em especial da Taxa de Preservação Ambiental (TPA), além de fortalecer o controle migratório, a confiabilidade das informações e a segurança dos processos institucionais.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Premissas

Não foram elencadas premissas específicas, considerando que o objeto da contratação refere-se à continuidade de serviços de TIC já existentes, com escopo, tecnologias, ambientes operacionais e métricas de mensuração amplamente conhecidos pela Administração, devidamente descritos e detalhados no Termo de Referência.

As condições necessárias à execução do objeto encontram-se consolidadas nos requisitos de negócio e tecnológicos apresentados neste ETP, não havendo prejuízo à compreensão da demanda ou à escolha da solução.

5.2 Necessidades de Negócio

A contratação visa atender às seguintes necessidades institucionais:

Garantir a continuidade dos serviços públicos digitais, essenciais ao funcionamento da ATDEFN;

Assegurar a adequação dos sistemas às mudanças legais e normativas, especialmente aquelas relacionadas à arrecadação e ao controle migratório;

Manter elevados níveis de segurança, estabilidade e disponibilidade dos sistemas corporativos;

Permitir a evolução funcional das soluções, em consonância com as demandas institucionais, operacionais e estratégicas da Autarquia.

5.3 Requisitos Necessários e Suficientes à Escolha da Solução de TIC

Com base nas necessidades de negócio e nas características do ambiente tecnológico da ATDEFN, foram definidos os seguintes requisitos necessários e suficientes para a escolha da solução:

Metodologia	de	Mensuração:
Adoção do modelo de Unidade de Serviço Técnico (UST), conforme diretrizes da Portaria MP/SLTI nº 4, de 06 de março de 2017, assegurando pagamento por resultado, controle de produtividade e adequada mensuração do esforço técnico empregado.		

Ambiente	Tecnológico:
Comprovação de expertise em Java, PHP, PostgreSQL, MySQL, bem como em frameworks legados (a exemplo de Struts 1.x e Spring), compatíveis com a arquitetura dos sistemas atualmente em operação.	

Disponibilidade	Operacional:
Capacidade de atendimento em regime diferenciado, inclusive aos sábados e domingos, no horário das 08h às 17h, considerando a natureza turística do	

Arquipélago e o caráter ininterrupto dos sistemas de controle migratório, aeroportuário e de arrecadação.

Segurança da Informação:
Execução dos serviços com acesso aos ambientes exclusivamente por meio de VPN fornecida pela ATI-PE, observando integralmente as normas, políticas e diretrizes de segurança da informação vigentes no Estado de Pernambuco, bem como as boas práticas aplicáveis à proteção de dados e à integridade dos sistemas.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado realizado demonstrou que a solução mais adequada para atendimento da necessidade identificada consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de sustentação e desenvolvimento de software, com mensuração do esforço técnico por Unidade de Serviço Técnico (UST), modelo amplamente adotado pela Administração Pública para contratações de TIC.

Foram analisadas, entre outras, as seguintes alternativas: Contratações fragmentadas por sistema e contratação unificada. Após a avaliação técnica e econômica, constatou-se que a contratação unificada apresenta maior vantajosidade, por assegurar padronização técnica, continuidade operacional, previsibilidade de custos e mitigação de riscos de descontinuidade dos serviços.

A análise de mercado indicou, ainda, que o modelo de Fábrica de Software associado à Sustentação de Sistemas é o que melhor se adequa ao contexto da ATDEFN, considerando a necessidade de atendimento contínuo, a criticidade dos sistemas e a multidisciplinaridade tecnológica envolvida, especialmente no que se refere às linguagens Java e PHP, bem como aos diferentes bancos de dados e frameworks utilizados.

Alternativas como a contratação de profissionais individuais foram descartadas em razão da ausência de escala, da dependência de profissionais específicos, e do risco elevado de descontinuidade técnica, fatores incompatíveis com a natureza essencial e ininterrupta dos serviços prestados pelos sistemas corporativos da Autarquia.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida com base no histórico operacional do exercício de 2024, no volume transacional dos sistemas, bem como na complexidade tecnológica e funcional dos módulos que compõem o Sistema NORONHANET.

Consideraram-se, ainda, a criticidade dos sistemas para a execução das atividades finalísticas da ATDEFN, a necessidade de atendimento contínuo e as demandas recorrentes de adequações legais, correções técnicas e evolução funcional.

Dessa forma, estabelecem-se os seguintes quantitativos anuais estimados:

Manutenção Evolutiva: 6.000 UST/ano, destinada à implementação de novas funcionalidades, melhorias de usabilidade, integrações com sistemas externos e adequações decorrentes de alterações legais e normativas;

Sustentação de Sistemas: 2.160 UST/ano, abrangendo a correção de falhas, suporte técnico, atendimento a incidentes, monitoramento, estabilização dos ambientes e manutenção da disponibilidade dos sistemas em produção.

Total estimado: 8.160 UST por ano.

Os quantitativos propostos refletem o esforço técnico necessário para garantir a continuidade operacional, a segurança, a atualização normativa e a evolução contínua dos sistemas que sustentam os serviços públicos essenciais prestados pela ATDEFN, estando compatíveis com as melhores práticas de contratação de serviços de TIC no setor público.

8. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

Não foi apresentada análise comparativa tabular, considerando que o levantamento de mercado evidenciou a inviabilidade técnica e operacional das alternativas à contratação unificada.

As alternativas avaliadas mostraram-se incompatíveis com a arquitetura integrada do NORONHANET ou financeiramente desvantajosas, sendo a solução escolhida a única capaz de atender plenamente ao interesse público.

9. JUSTIFICATIVA PARA NÃO PARCELAMENTO

A opção pela contratação em lote único mostra-se tecnicamente necessária e juridicamente adequada, nos termos do art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto da contratação abrange a manutenção, a sustentação e a evolução do Sistema NORONHANET, o qual constitui um sistema único, integrado e interdependente.

Os módulos que compõem a solução – a exemplo dos sistemas de Controle Migratório, Arrecadação Tributária (TPA) e demais sistemas corporativos – compartilham código-fonte, bases de dados comuns (PostgreSQL) e rotinas críticas de interoperabilidade, de modo que a execução fragmentada por empresas distintas comprometeria a coerência técnica e a integridade da solução.

O parcelamento do objeto implicaria, entre outros prejuízos:

Risco de descontinuidade operacional, diante da dificuldade de coordenação entre múltiplos prestadores atuando sobre o mesmo ecossistema tecnológico;

Conflitos de responsabilidade técnica, especialmente na apuração e correção de falhas (“conflito de paternidade” de bugs), dificultando a identificação de causas e responsáveis;

Riscos à integridade e à segurança dos dados, em razão de acessos simultâneos e intervenções concorrentes sobre as mesmas bases de dados e rotinas críticas;

Aumento dos custos de gestão e fiscalização, sem a correspondente geração de ganhos de eficiência ou economicidade;

Inviabilidade técnica de garantia integral do serviço, considerando a interdependência funcional e tecnológica dos módulos.

Diante desse cenário, a contratação por lote único apresenta-se como a alternativa que melhor atende aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, segurança da informação e vantajosidade para a Administração, assegurando a execução coordenada e integrada de todo o ciclo de vida do Sistema NORONHANET por um único responsável técnico.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para a contratação pretendida, o valor estimado é de aproximadamente R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), definido a partir do dimensionamento das Unidades de Serviço Técnico (UST), da complexidade técnica dos serviços envolvidos e das referências de mercado aplicáveis a contratações de serviços continuados de Tecnologia da Informação.

A estimativa considera o esforço técnico necessário para assegurar a sustentação, a evolução funcional e a continuidade operacional dos sistemas que compõem o NORONHANET, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e vantajosidade para a Administração.

10.1 Fundamentação Legal e Metodológica da Estimativa de Preços

A pesquisa de preços foi realizada em estrita conformidade com a legislação vigente, priorizando fontes oficiais e métodos reconhecidos, com vistas a garantir a transparência, a confiabilidade e a vantajosidade da contratação.

Foram observados, em especial, os critérios estabelecidos na Portaria SAD nº 2.679/2021, no que se refere à formação do preço estimado mediante a aplicação de métodos matemáticos devidamente justificados (média, mediana ou menor preço válido), com a exclusão de valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, conforme análise crítica dos dados coletados.

10.2 Fontes de Pesquisa e Tratamento dos Dados

A pesquisa de preços priorizou fontes oficiais e amplamente reconhecidas, incluindo:

contratações similares do Estado de Pernambuco, por meio dos sistemas PE-Integrado / E-Fisco;

consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

Painel de Preços e Compras.gov.br;

contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, nos últimos 12 (doze) meses, com a devida atualização monetária por índices oficiais, quando aplicável.

As cotações diretas, quando utilizadas, encontram-se dentro do prazo de validade estabelecido (até 6 meses), e eventuais preços coletados em

períodos anteriores foram devidamente atualizados, assegurando a compatibilidade temporal e econômica da estimativa.

A análise crítica dos preços contemplou a verificação de variações atípicas, a coerência com o objeto contratado e a confirmação da viabilidade econômica dos valores considerados.

A memória de cálculo detalhada, incluindo os critérios de seleção, desconsideração de valores e aplicação de índices de atualização, encontra-se devidamente documentada nos autos do processo, garantindo rastreabilidade, transparência e aderência às normas aplicáveis.

11. ANÁLISE DE RISCOS

Nº	Etapa	Risco Causa	/ Evento	Consequência	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Medidas Corretivas	Responsável
1	Planejamento da contratação	Levantamento insuficiente de requisitos técnicos e funcionais	Especificações incompletas no TR	Retrabalho, atrasos e falhas na execução	Alto	Revisão técnica do TR; validação com áreas usuárias; uso do histórico operacional dos sistemas	Ajuste do TR; replanejamento do cronograma	Área de Demanda / Equipe de Planejamento
2	Planejamento da contratação	Subdimensionamento das USTs	Capacidade de contratação insuficiente	Interrupção de serviços críticos	Alto	Dimensionamento com base em dados históricos, volume transacional e	Revisão quantitativa; eventual aditivo contratual	Gestor do Contrato

Nº	Etapa	Risco Causa	/ Evento	Consequência	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Medidas Corretivas	Responsável
						críticas, se e dos sistemas	Exigência de atestados compatíveis; análise técnica rigorosa da habilitação	Diligência, inabilitação ou rescisão, conforme o caso
3	Seleção do fornecedor	Capacidade técnica insuficiente da licitante	Contratação inadequada	Execução ineficiente do contrato	Médio			Comissão / Pregoeiro
4	Execução contratual	Atraso no atendimento das Ordens de Serviço (OS)	Descumprimento de SLA	Indisponibilidade de sistemas essenciais	Alto	Definição clara de SLA; monitoramento contínuo; reuniões periódicas	Aplicação de penalidades; plano de correção	Gestor e Fiscal do Contrato
5	Execução contratual	Falhas técnicas em sistemas críticos	Indisponibilidade sistêmica	Impacto na arrecadação e no controle migratório	Alto	Monitoramento preventivo; testes antes de implantações	Correção emergencial; atuação técnica imediata	Contratada / Fiscal Técnico

Nº	Etapa	Risco Causa	/ Evento	Consequência	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Medidas Corretivas	Responsável
6	Execução contratual	Intervenções sem integração entre módulos	Incompatibilidade sistêmica	Instabilidade do Alt NORONHA ANET	Manutenção integrada sob responsabilidade técnica única	Rollback e correção coordenada	Contratada	
7	Segurança da informação	Falhas de controle de acesso e versionamento	de Vazamento ou perda de dados	Violação da LGPD ou de normas de segurança	Alt	Controle de acessos; registros de log; versionamento em repositório oficial	Bloqueio de acessos; apuração e mitigação	Contratada / Gestor
8	Fiscalização	Acompanhamento técnico insuficiente	Execução inadequada não detectada	Pagamentos indevidos	Médio	Designação formal de fiscais; relatórios mensais; registros no SEI	Reforço da fiscalização; glosas e registros formais	Gestor / Fiscal
9	Pagamento	Atraso nos pagamentos	Interrupção da prestação de serviço	Risco de paralisação dos sistemas	Médio	Planejamento financeiro; acompanhamento de	Regularização prioritária	Área Financeira / Gestor

Nº	Etapa	Risco Causa	/ Evento	Consequência	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Medidas Corretivas	Responsável
10	Encerramento do contrato	Falha na transição de conhecimento	Perda de know-how	Descontinuidade dos serviços	Alto	empenhos; exigência de documentação e mentoriंग	Plano de Retenção Transição o; contratual; exigência formal e de entregáveis	Gestor do Contrato

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta compreende a prestação integrada de serviços de sustentação e desenvolvimento de software, abrangendo todo o ciclo de vida da solução, incluindo, no mínimo:

Elicitação e análise de requisitos;

Modelagem de sistemas, com utilização de UML ou notações equivalentes;

Desenvolvimento e manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva;

Testes funcionais e técnicos;

Elaboração e atualização da documentação técnica e de usuário;

Capacitação e treinamento das equipes envolvidas, quando aplicável.

A execução dos serviços será mensurada por Unidade de Serviço Técnico (UST), com o pagamento vinculado à efetiva entrega dos artefatos previstos, conforme a tabela de faturamento por fases definida no Termo de Referência, bem como ao cumprimento dos critérios estabelecidos no Instrumento de

Medição de Resultado (IMR), assegurando o pagamento por resultado e a adequada aferição da qualidade dos serviços prestados.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante das análises técnicas, econômicas e operacionais realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é tecnicamente viável, economicamente justificável e indispensável ao atendimento do interesse público, uma vez que assegura a continuidade, a estabilidade e a evolução dos sistemas críticos utilizados pela Autarquia Territorial do Distrito Estadual de Fernando de Noronha – ATDEFN.

A não realização da contratação implicaria risco concreto de interrupção da arrecadação da Taxa de Preservação Ambiental (TPA), bem como de comprometimento do controle de moradores, veículos e fluxo migratório no Arquipélago, com potenciais impactos negativos relevantes de ordem financeira, administrativa e operacional para o Estado de Pernambuco.

A solução proposta atende plenamente aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, segurança da informação, economicidade e vantajosidade para a Administração, mostrando-se adequada às necessidades institucionais da ATDEFN e compatível com as melhores práticas de contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da Administração Pública.

Ari Alves de Lucena
Gestão de Tecnologia da Informação de Fernando de Noronha

ANEXO E

QUADRO RESUMO

LOTE ÚNICO

ITE M	Efisc o	CATS ER	Especificaç ão dos serviços	Unidade de Medida	Qua nt. Men sal	Valor Unitá rio (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Qua nt. Anu al	Valor Anual
1	4959 80-9	2599 2	SERVICO DE MANUTENC AO EM PROGRAMA E SISTEMA NA AREA DE INFORMATI CA - NA PLATAFOR MA WEB, LINGUAGEN S, PHP, JAVA, JBOSS, BANCO DE DADOS POSTGRES	UST	500	R\$ 61 ,12	R\$ 30.5 60,00	6.00 0	R\$ 366,7 20,00

QL E
MYSQL,
DENOMINA
DO
NORONHAN
ET
COMPOSTO
PELOS
MODULOS
CADASTRO
DE
MORADORE
S,
CONTROLE
MIGRATORI
O,
CONTROLE
DE
VEICULOS,
ARRECADA
CAO
TRIBUTARIA
, WEBSITE
OFICIAL E
SISTEMA DE
PAGAMENT
O DA TAXA
DE
PRESERVA
CAO
AMBIENTAL
SIN.

2	4959 2600	SERVICOS DE SUSTENTAC	180	R\$ 5	R\$ 10.74	2.16	R\$ 128.9
	88-4 0	AO DE UST		9,68	2,40	0	08,80
		SISTEMAS -					
		NA					
		ESPECIALID					

ADE EM
ATIVIDADES
NECESSARI
AS PARA
MANUTENC
AO
CONTINUAD
A, COM
DISPONIBIL
IDADE,
ESTABILIDA
DE E
DESEMPEN
HO

DE
SOFTWARE
EM
PRODUCAO

VALOR TOTAL ESTIMADO - R\$ 495.628,80

ANEXO II
DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA que não possui em seu quadro societário ou de pessoal agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, nos termos do art. 9º, §1º da Lei 14.133/2021;

DECLARA que não incorre em qualquer uma das vedações impostas no art. 14 da Lei 14.133/2021 aplicáveis ao objeto da presente licitação;

DECLARA que atende às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA
CNPJ XXX

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O
CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital, DECLARA que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº XX e seus anexos, bem como atesta que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Recife, XX de XXXX de XXXX

REPRESENTANTE DA EMPRESA
CNPJ XXX

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E
PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

Eu, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____, na qualidade de responsável técnico da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, DECLARO, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital, possuir conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação referentes ao Edital de Pregão Eletrônico nº XX e seus anexos.

Recife, XX de XXXX de XXX.

RESPONSÁVEL TÉCNICO DA LICITANTE

ANEXO VI MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, ATRAVÉS DA SECRETARIA AUTARQUIA TERRITORIAL DISTRITO ESTADUAL FERNANDO DE NORONHA E A EMPRESA **XXXXXX**, EM DECORRÊNCIA DO **PREGÃO ELETRÔNICO** Nº **XXXX**, PROCESSO Nº **XXXX**:

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, através da AUTARQUIA TERRITORIAL DISTRITO ESTADUAL FERNANDO DE NORONHA - , inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXX**, com sede na **xxxxxxxxxxxx**, nesta cidade, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) _____ (nome e cargo), portador da matrícula funcional nº **XXXXX**, no uso da competência conferida pelo _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ¹²(MF) sob o nº _____, sediada em _____, representada neste ato por _____ (nome e função que exerce na contratada), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos Decretos Estaduais nº 53.384, de 22.08.2022 e 54.142, de 14.12.2022, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO a prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação, compreendendo a manutenção evolutiva, adaptativa e corretiva, bem

¹² Fazer os ajustes necessários se a contratada for pessoa física.

como sustentação do Sistema de gestão da Autarquia Territorial Distrito Estadual de Fernando de Noronha – ATDEFN, denominado NORONHANET, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA e nos demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste CONTRATO para todos os fins de direito, o processo relativo ao PRE-GÃO ELETRÔNICO Nº XXXX PROCESSO Nº XXXX; e todos os seus anexos, assim como a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do CONTRATO é de 12 meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, obedecida a vigência máxima de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A prorrogação fica condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que há interesse na manutenção dos serviços e de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A pesquisa para aferição da vantajosidade econômica da prorrogação contratual será realizada mediante utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 12 da Portaria SAD nº 2.679, de 29.09.2021, ou em eventual norma que a altere ou substitua.

PARÁGRAFO QUARTO: O CONTRATO não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar, observadas as abrangências e os limites temporais de aplicação, sendo excepcionalmente admitida a prorrogação, pelo período mínimo necessário à conclusão de um novo certame, de modo a evitar a descontinuidade do serviço ou o custo de uma contratação emergencial.

PARÁGRAFO QUINTO: Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ XXX (XXX), sendo o valor mensal de R\$ XXX (XXX), conforme estabelecido na proposta, parte integrante deste CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do CONTRATO compreende os custos diretos e indiretos decorrentes de sua execução, incluindo tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, eventuais custos com transporte, frete e outras despesas correlatas necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor global indicado é meramente estimativo e os pagamentos devidos à CONTRATADA serão feitos conforme medições dos serviços efetivamente realizados.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As despesas decorrentes deste CONTRATO encontram-se previstas no Plano Plurianual (PPA) e estão programadas em dotação orçamentária própria do orçamento do Estado de Pernambuco para o presente exercício de 2025, na classificação abaixo:

Campo	Descrição/Informação
Objeto	Aporte Orçamentário para contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em tecnologia da informação , compreendendo manutenção evolutiva, adaptativa e corretiva , bem como a sustentação do Sistema de Gestão da Autarquia Territorial Distrito Estadual de Fernando de Noronha – ATDEFN , conforme Despacho Despacho 727 (78982585)
Motivação	A solicitação é necessário para garantir a continuidade, segurança e funcionamento adequado do Sistema de Gestão da ATDEFN, essencial às atividades administrativas, financeiras e operacionais da Autarquia. A contratação assegura a manutenção, atualização e sustentação do sistema, evitando interrupções dos serviços e prejuízos à gestão pública.
Valor	Valor Estimado é de R\$ 495.628,80 (quatrocentos e noventa e cinco mil seiscientos e vinte e oito reais e oitenta centavos)
Processo SEI	0030900026.005199/2025-21
Unidade Orçamentária (UO)	309
UG	610600 / 610601
Programa de Trabalho	04.122.0450.4404.2466
Natureza da despesa	3.3.90
Fonte de Recurso	0753
Ficha Financeira	CUSTEIO - Serviços de Informática

PARÁGRAFO SEGUNDO: No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas de mesma natureza, cujo empenho será objeto de termo de apostilamento no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO

13

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano, contado da data de elaboração do orçamento estimado, ocorrida em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

PARÁGRAFO SEGUNDO: O preço do CONTRATO será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data de elaboração do orçamento estimado, utilizando-se, para tanto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, que incidirá exclusivamente em

¹³ A Lei n.º 14.133, de 2021 em seu art. 25, §7º, fixou a necessidade da estipulação no contrato, independente do prazo de sua duração, de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado. O art. 1º da Lei estadual 17.555, de 2021, também estipulou que "independentemente do prazo de vigência do contrato, será obrigatória a previsão nos contratos dos critérios de reajustamento dos preços aplicáveis após o interregno mínimo de um ano contado da data do orçamento estimado"

relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATADA deverá pleitear o reajuste de preços durante a vigência do CONTRATO, mediante requerimento formal, no prazo de até 12 (doze) meses após completado o período aquisitivo da anualidade, nos contratos de vigência inicial plurianual, e antes de eventual prorrogação, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito ao reajuste.

PARÁGRAFO QUINTO: Os pedidos de reajustamento deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido analisado o pedido de reajuste tempestivamente formulado, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro ao reajustamento, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO SÉTIMO O reajustamento será formalizado mediante apostilamento, exceto se a sua concessão coincidir com a prorrogação contratual, quando poderá ser formalizado por termo aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO: O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes, com vistas a garantir a vantajosidade da manutenção do ajuste para o interesse público, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 17.555, de 2021.

PARÁGRAFO NONO: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste concedido ou objeto de renúncia.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do CONTRATO tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do CONTRATO e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser analisados e respondidos pela Administração no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A extinção do CONTRATO não configura óbice para o reconhecimento do direito ao reajuste ou ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro CONTRATO, desde que requeridos tempestivamente, hipóteses em que serão concedidos a título de indenização por meio de Termo de Quitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É dever da CONTRATANTE exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em especial:

- I. Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos que esta vier a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;
- II. Expedir ordem de serviço para o início da execução do CONTRATO, com a antecedência prevista no Termo de Referência ou, em sua ausência, observando prazo razoável para adoção das medidas iniciais a cargo da CONTRATADA;
- III. Comunicar, por escrito, à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço, inclusive vícios e incorreções, para que sejam corrigidos, no todo ou em parte, às suas expensas;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, através de fiscal especialmente designado para este fim;
- V. Indicar, formalmente, o gestor do CONTRATO para acompanhamento da execução contratual, utilizando-se dos procedimentos de acompanhamento da execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência e neste instrumento;
- VI. Encaminhar à CONTRATADA os relatórios de acompanhamento da execução dos serviços, devidamente elaborados e assinados pelo fiscal do CONTRATO, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;

VII. Analisar e atestar as Faturas e Notas Fiscais emitidas e efetuar os respectivos pagamentos nas condições e nos prazos estabelecidos.

VIII. Liberar o pagamento da parcela incontroversa da execução do objeto contratado, quando houver controvérsia sobre a dimensão, qualidade e quantidade do objeto executado.

IX. Aplicar as sanções previstas na lei e neste CONTRATO;

X. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

XI. Proferir, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período¹⁴, decisão explícita sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

XII. Responder a eventuais pedidos de reajustamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias e aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento.

XIII. Cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

XIV. Comunicar à CONTRATADA qualquer alteração posterior do projeto feita pela CONTRATANTE, na situação descrita no art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Deve a CONTRATADA cumprir todas as obrigações estipuladas neste CONTRATO e respectivos anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, em especial:

¹⁴ Nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/21, a Administração tem o dever de decidir questões contratuais que lhe são apresentadas. O prazo pode ser especificado pela Administração, conforme a complexidade do objeto contratual e os trâmites internos das áreas envolvidas na execução contratual. Caso não haja especificação, o art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, e o art. 28, do Decreto nº 11.246, de 2022, estabelecem que o prazo será de um mês.

- I. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, na quantidade, qualidade e tecnologia demandadas, de acordo com as especificações indicadas no Termo de Referência;
- II. Cumprir o cronograma de execução do CONTRATO;
- III. Reparar, corrigir, complementar ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, conforme o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da respectiva notificação, ou no prazo fixado pelo fiscal do CONTRATO, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- IV. Submeter, por escrito, para análise e aprovação prévia da CONTRATANTE, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR, do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- V. Designar preposto que tenha poder para resolução de possíveis ocorrências durante a execução contratual, o qual deverá disponibilizar endereço de e-mail válido e número de telefone móvel que permita contato imediato com o fiscal do CONTRATO de forma permanente;
- VI. Substituir o preposto designado se houver recusa motivada da CONTRATANTE quanto à anterior indicação;
- VII. Atender às determinações regulares do fiscal do CONTRATO ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às solicitações e reclamações formuladas;
- VIII. Relatar ao fiscal do CONTRATO, por escrito, toda e qualquer ocorrência anormal afeta à prestação dos serviços;
- IX. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, qualquer alteração no Contrato Social ou no endereço comercial;
- X. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do CONTRATO;
- XI. Comprovar, conforme o caso, no início da execução contratual e sempre que solicitado pelo fiscal, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da

Previdência Social¹⁵ ou para aprendiz¹⁶¹⁷, durante toda a vigência do CONTRATO, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XII. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento do objeto deste CONTRATO, com habilitação e conhecimento adequados;

XIII. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XIV. Não contratar, durante a vigência do CONTRATO, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do CONTRATO, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

XV. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

XVI. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do CONTRATO, sendo que eventual pessoal alocado ao CONTRATO não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

XVII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do CONTRATO e cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenha acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

¹⁵ Nos termos do artigo 93 da Lei nº 8.213/1991, esta obrigação incide sobre as empresas que possuam 100 (cem) ou mais empregados, em gradação estabelecida conforme o texto legal. Assim, o fiscal do contrato deve questionar se a empresa se enquadra nesse dispositivo, requisitando a comprovação da exigência, no início da execução do contrato e em momento que julgar conveniente.

¹⁶ Trata-se da “cota de aprendizagem”, inserta no artigo 429 da CLT, que estabelece a obrigatoriedade de 5% a 15% dos trabalhadores de cada estabelecimento da empresa estarem matriculados nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. O fiscal do contrato deve proceder conforme previsto na nota explicativa anterior.

¹⁷ A comprovação do cumprimento da cota de aprendizagem não se atém à apresentação de mera declaração, devendo ser apresentada certidão emitida para esse fim pelo Ministério do Trabalho, conforme previsão constante do art. 51, §3º, do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, com redação conferida pelo Decreto nº 11.479, de 06.04.2023.

XVIII. Manter, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive sua inscrição no CADFOR-PE;

XIX. Realizar, conforme previsto no Termo de Referência, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE;

XX. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no local indicado no Termo de Referência;

XXI. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, ressalvadas as hipóteses de subcontratação autorizada no Termo de Referência e neste CONTRATO;

XXII. Apresentar, suplementar ou estender a garantia de execução contratual, se exigível, no prazo assinalado no CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São obrigações da CONTRATADA, na qualidade de OPERADORA:

I. Realizar o tratamento dos dados pessoais em estrita conformidade às instruções repassadas pela CONTROLADORA/CONTRATANTE;

II. Adotar medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, segundo os padrões técnicos mínimos exigidos pela CONTROLADORA/CONTRATANTE;

III. Utilizar recursos de segurança da informação e de tecnologia da informação de qualidade, eficiência e eficácia reconhecidas e em versões comprovadamente seguras e atualizadas, de forma a reduzir o nível de risco ao qual o objeto do CONTRATO ou a CONTRATANTE está exposta;

IV. Manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

V. Facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, ou ao próprio Titular dos dados, devendo tal compromisso estar

disponível em caráter permanente para exibição à CONTROLADORA/CONTRATANTE, mediante solicitação;

VI. Permitir a realização de auditorias da CONTROLADORA/CONTRATANTE e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;

VII. Informar e obter a anuência prévia da CONTROLADORA/CONTRATANTE sobre a utilização de serviços de terceiros para sustentar ou viabilizar o funcionamento da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para o desenvolvimento das atividades objeto do CONTRATO;

VIII. Apresentar à CONTROLADORA/CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis;

IX. Auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pela CONTROLADORA/CONTRATANTE e de obrigações perante Titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;

X. Comunicar formalmente e de imediato à CONTROLADORA/CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;

XI. Promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da CONTROLADORA/CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente CONTRATO;

XII. Obter, quando necessário, o consentimento dos titulares dos dados sob tratamento, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.709/2018;

XIII. Abster-se da utilização dos dados pessoais tratados para finalidade diversa da execução dos serviços objeto deste CONTRATO;

XIV. Adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste CONTRATO, bem como

dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;

XV. Responsabilizar-se por prejuízos causados à CONTROLADORA/CONTRATANTE em razão de coleta e tratamento inadequados dos dados pessoais compartilhados para as finalidades pretendidas no presente CONTRATO;

XVI. Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela CONTROLADORA/CONTRATANTE;

XVII. Definir e executar procedimento de descarte seguro dos dados pessoais, que estejam em sua posse, ao encerrar a execução do CONTRATO ou após a satisfação da finalidade pretendida;

XVIII. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

XIX. Exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;

XX. Manter bancos de dados formados a partir deste CONTRATO administrativo em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD, e em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: São obrigações da CONTRATANTE, na qualidade de CONTROLADORA:

I. Fornecer, observadas as diretrizes de sua Política Local de Proteção de Dados Pessoais e Política de Privacidade, as instruções e condições necessárias ao tratamento dos dados pela OPERADORA/CONTRATADA;

II. Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

III. Adotar mecanismos transparentes, de fácil compreensão e acesso, que permitam a ciência inequívoca dos titulares dos dados a respeito de sua Política de Privacidade, que deve conter, minimamente, as medidas acima indicadas;

- IV. Compartilhar com a OPERADORA/CONTRATADA as informações pessoais fornecidas pelos usuários dos serviços públicos por ela prestados, estritamente necessárias à execução do objeto contrato e nos exatos termos definidos em sua Política de Privacidade, após a aceitação dos termos de uso pelo usuário ou seu representante legal, quando for o caso;
- V. Definir quais serão os dados pessoais tratados, bem como as finalidades e as formas de tratamento para cada dado coletado;
- VI. Comunicar à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular dos dados a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, após o recebimento da comunicação formal feita pela OPERADORA/CONTRATADA;
- VII. Providenciar a eliminação segura dos dados obtidos para a prestação do serviço e compartilhados com a OPERADORA/CONTRATADA, após o término do tratamento, exceto quando necessários ao atendimento das finalidades previstas no art. 16 da Lei Federal nº 13.709/2018, quando estará autorizada a sua conservação;
- VIII. Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais e das medidas de segurança estabelecidas em sua Política de Privacidade, no processo de compartilhamento dos dados, a menos que reste comprovado que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do presente CONTRATO deverá ser fiscalizada pela CONTRATANTE, sem que essa competência exclua ou reduza a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE designa XXXXXX (nome, matrícula e cargo) como servidor responsável pela fiscalização do CONTRATO.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O fiscal deverá ter pleno conhecimento do CONTRATO e das demais condições constantes do Edital e seus anexos, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Fiscalizar a regularidade e adequação dos serviços prestados, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência, e elaborar relatórios de acompanhamento, com os registros de eventuais falhas verificadas e das medidas corretivas necessárias;
- b) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária para execução dos serviços na forma e nos prazos definidos no CONTRATO e demais anexos do Edital;
- c) Reunir-se com o preposto da CONTRATADA, visando a estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do CONTRATO;
- d) Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, na forma prevista neste CONTRATO;
- e) Comunicar ao gestor do CONTRATO a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente;
- f) Recusar serviço prestado de forma irregular, não aceitando execução diversa daquela que se encontra especificada no Termo de Referência e demais anexos, salvo quando for prestado com qualidade superior e devidamente aceito pela autoridade competente;
- g) Solicitar à CONTRATADA justificativa para eventuais serviços não realizados ou realizados inadequadamente, podendo assinalar prazo para correções de eventuais falhas verificadas, conforme avaliação da execução dos serviços;
- h) Atestar as Notas Fiscais/Faturas mensais apresentadas pela CONTRATADA, encaminhando-as ao gestor do CONTRATO para pagamento;
- i) Verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- j) Comunicar ao gestor do CONTRATO, em tempo hábil, a iminência do término do CONTRATO sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- k) Comunicar por escrito ao gestor do CONTRATO as faltas cometidas pela CONTRATADA que sejam passíveis de aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATANTE designa XXXXXX (nome, matrícula e cargo) como servidor responsável pela gestão do CONTRATO, que, entre outras, terá seguintes atribuições:

- a) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;

- b) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do CONTRATO;
- c) Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à CONTRATADA;
- d) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação da penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à CONTRATADA;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais dos contratos;
- f) Providenciar o pagamento das notas fiscais/faturas emitidas pela CONTRATADA, e atestadas pelo fiscal do CONTRATO, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- g) Apurar o percentual de desconto ou glosas da fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados no período de faturamento considerado, por motivos imputáveis à CONTRATADA;
- h) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados.

PARÁGRAFO QUINTO: A ciência da designação deverá ser assinada pelos servidores indicados para atuar como fiscal e gestor do CONTRATO, conforme termo em anexo.

PARÁGRAFO SEXTO: A substituição do fiscal e do gestor designados, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente CONTRATO, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS MEDIÇÕES E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ao final de cada período de faturamento, a CONTRATADA encaminhará relatório com a descrição dos serviços realizados e os respectivos valores¹⁸ da parcela a ser paga, para efeito de medição pelo fiscal do CONTRATO.

¹⁸ A contratada comunica a finalização do serviço ou de etapa deste, para que então a Administração efetue o recebimento provisório e definitivo e autorize a emissão da Nota Fiscal, nos valores já líquidos e certos. Isso evita os constantes cancelamentos de Notas Fiscais por diferenças de valores e o desatendimento de obrigações tributárias, notadamente quanto ao prazo de recolhimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os serviços executados serão objeto de medição mensal, devendo a CONTRATADA encaminhar, até o primeiro dia útil subsequente ao mês em que forem prestados, relatório com a descrição dos serviços realizados e os respectivos valores.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do CONTRATO no prazo de 02 (dois) dias, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo e a comprovação da prestação dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O termo detalhado do recebimento provisório, com a análise das ocorrências registradas na execução do CONTRATO serão encaminhados ao gestor para fins de apuração dos descontos e glosas cabíveis na fatura correspondente, em virtude de serviços total ou parcialmente não executados ou, se for o caso, da pontuação obtida na avaliação da qualidade dos serviços em consonância com os indicadores previstos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo C do Termo de referência.

PARÁGRAFO QUARTO: O fiscal indicará a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou tais recursos com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO QUINTO: A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

PARÁGRAFO SEXTO: O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo exigidos por normas técnicas oficiais, às expensas da CONTRATADA, e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.¹⁹

¹⁹ Nos termos do art. 140, §4º, da Lei 14.133/21, salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO OITAVO: Até que sejam sanadas todas as eventuais pendências técnicas, o fiscal não deverá emitir o termo de Recebimento Provisório.

PARÁGRAFO NONO: Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O recebimento definitivo ocorrerá mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, após a análise dos relatórios e de toda documentação apresentada pela fiscalização, com a verificação da qualidade e quantidade do serviço prestado.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os prazos de recebimento não correrão enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Sanadas as pendências e aplicadas eventuais glosas, a CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA o valor aprovado pela fiscalização e gestão, autorizando a emissão da Nota Fiscal ou Fatura correspondente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A realização das glosas indicadas não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA em virtude da inexecução dos serviços, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, aplicando-se eventual desconto ou glosa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento será feito diretamente pela CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente da CONTRATADA, à vista de termo de recebimento definitivo dos serviços acompanhado dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista e da apresentação e atesto da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, na forma prevista nos parágrafos seguintes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção de imposto de renda estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, de acordo com as alíquotas constantes do Anexo I da referida norma, ou em observância à norma que venha a substituí-la, sob pena de devolução do documento para as correções cabíveis ou de retenção no valor total do documento fiscal, caso não realizadas as correções, nos termos do art. 4º do Decreto nº 55.069, de 25 de julho de 2023.

PARÁGRAFO QUARTO: Quando não for possível verificar diretamente no CADFOR-PE, a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA será comprovada mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso não seja(m) apresentado(s) quaisquer dos documentos de regularidade ou os documentos encaminhados contenham pendências, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias para sanar a ausência identificada, prazo em que o pagamento correspondente ao mês em referência ficará suspenso.

PARÁGRAFO SEXTO: Caso não seja sanada a pendência no prazo estipulado, estará configurada a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA, devendo a CONTRATANTE instaurar processo administrativo para extinção do CONTRATO e comunicar aos órgãos de fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, sem prejuízo da retomada dos pagamentos pelos serviços efetivamente executados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do pagamento, deverá ser efetuada a retenção do imposto sobre a renda, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, e alterações posteriores, ou em norma que venha a substituí-la, além de outras retenções previstas na legislação tributária aplicável.

PARÁGRAFO NONO: A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

SIGLA	SIGNIFICADO/ DESCRIÇÃO
EM	Encargos Moratórios
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a se paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365}$

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A atualização financeira prevista nesta cláusula será incluída na

Nota Fiscal/Fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de haver acordo entre as partes, as supressões poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

PARÁGRAFO TERCEIRO: As alterações contratuais serão obrigatoriamente formalizadas mediante celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, conforme art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO: Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA SUBCONTRATAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não será admitida a subcontratação do objeto do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) anual do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a CONTRATADA opte pelo seguro-garantia,²⁰ a apólice deverá ser apresentada antes da assinatura do CONTRATO, ficando-lhe assegurado prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a CONTRATADA opte por uma das demais modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.1333, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO: A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e poderá ensejar a extinção do CONTRATO.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO: A garantia deverá ter validade durante toda a execução do CONTRATO e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, sendo possível a prorrogação por igual período mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

²⁰ A modalidade da garantia é uma opção do adjudicatário, dentre as previstas no § 1º do art. 96, da Lei 14.133, de 2021. A depender da modalidade escolhida, a garantia será obrigatoriamente prestada no ato de assinatura do contrato. Portanto, a redação do parágrafo primeiro e segundo dependerá dessa escolha.

PARÁGRAFO NONO: Na hipótese de suspensão do CONTRATO por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

- a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas;
- b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do CONTRATO principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no PARÁGRAFO NONO;
- d) Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRANTE, em conta específica XXXXX, com correção monetária.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Na modalidade de fiança bancária, a garantia deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste CONTRATO.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do CONTRATO, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O CONTRATO se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constituem motivos para extinção do CONTRATO, independentemente do prazo ou das obrigações nele estipuladas, as situações descritas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A extinção consensual e a extinção unilateral serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUARTO: Aplica-se à extinção do CONTRATO a disciplina dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO: O termo de extinção, sempre que possível, será instruído com os seguintes documentos:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do CONTRATO, deixando de cumprir as obrigações assumidas no presente instrumento;

- b) der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do CONTRATO;
- d) ensejar o retardamento da execução contratual sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- f) praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será aplicável a sanção de advertência quando a CONTRATADA descumprir deveres instrumentais ou der causa à inexecução parcial do CONTRATO que não acarrete dano à Administração e que não justifique a imposição de penalidade mais grave, em especial pelo descumprimento das obrigações previstas nos itens V a X da CLÁUSULA OITAVA deste CONTRATO (“Das Obrigações da Contratada”).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Será aplicada multa moratória em razão do atraso no cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO, em especial as elencadas nos incisos II e III da CLÁUSULA OITAVA, no percentual de até 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a ser calculada sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do dia subsequente ao prazo estipulado para adimplemento da obrigação, independentemente de notificação do contratado para constituição em mora.

PARÁGRAFO QUARTO: Após o 30º (trigésimo)²¹ dia de atraso injustificado, configura-se o descumprimento total da obrigação e a multa moratória se converterá em multa compensatória, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, podendo dar ensejo à extinção do contrato e aplicação da penalidade de impedimento, se configurado grave dano à Administração.

PARÁGRAFO QUINTO: A penalidade de multa compensatória será aplicada nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, sempre que deles decorrer inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos

²¹ O prazo deve ser fixado no limite em que a prestação, embora atrasada, ainda tenha proveito para a Administração. Os trinta dias são meramente sugestivos; modificar/reduzir o prazo se entender necessário.

serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como retardamento injustificado à execução ou entrega do objeto contratado, nos termos das alíneas “b” e “d”, respectivamente, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de acordo com as seguintes regras:

- I. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre do valor anual do CONTRATO, observado o valor mínimo²² de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser aplicada a quem sofreu a penalidade de advertência e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s);
- II. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), sobre o valor da garantia, no caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso XXII da CLÁUSULA OITAVA.
- III. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor mensal do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso I da CLÁUSULA OITAVA, se a situação não se enquadrar em obrigação contratual específica;
- IV. 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor mensal do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações previstas nos incisos IV , XI e XVII da CLÁUSULA OITAVA;
- V. 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor mensal do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir as obrigações previstas nos incisos XIX e XX da CLÁUSULA OITAVA;
- VI. 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor do CONTRATO, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XVIII da CLÁUSULA OITAVA e não sanar a pendência no prazo estipulado;
- VII. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor mensal do CONTRATO, quando a CONTRATADA deixar de cumprir a obrigação prevista no inciso XV da CLÁUSULA OITAVA;
- VIII. 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela transferida, a ser aplicada quando a CONTRATADA descumprir a obrigação prevista no inciso XXI da CLÁUSULA OITAVA;

²² Cumpre observar que, nas situações em que são previstos limites financeiros mínimos, faz-se necessário comparar o valor estabelecido na cláusula correspondente com o montante estimado na licitação, de modo que não se poderia cominar multa mínima desproporcional ao porte da licitação.

PARÁGRAFO SEXTO: As sanções de multa previstas no PARÁGRAFO QUINTO poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de 06 (seis) a 18 (dezoito) meses.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inexecução total do CONTRATO, prevista na alínea “c” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será aplicável a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco pelo prazo 18 (dezoito) a 36 (trinta e seis) meses, além de multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO: Quando do cometimento das infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do PARÁGRAFO PRIMEIRO, ou quando praticadas as infrações descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, será aplicável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, pelo período de 03 (três) a 06 (seis) anos, além da multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO: A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Todas as sanções previstas neste CONTRATO poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O valor da multa aplicada e das indenizações cabíveis será objeto de compensação com os pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, decorrentes do mesmo CONTRATO ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Se o valor da multa for superior ao dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, a diferença será descontada da garantia contratual prestada, se houver, ou será cobrada administrativamente na forma prevista na Lei Estadual nº 13.178, de 2006.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Não havendo o pagamento integral da multa em sede administrativa, o processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa estabelecidas neste Edital, bem como dos prazos previstos para as demais sanções deverão ser observadas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que o cometimento da infração ocasionar ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos, aos seus usuários ou ao interesse coletivo;
- e) a vantagem auferida em virtude da infração;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle interno.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Em caso de prática da mesma infração ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste CONTRATO poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Estadual nº 16.309, de 2018.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste CONTRATO ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a

CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: A CONTRATANTE deverá comunicar as sanções aplicadas à Secretaria de Administração, para fins de inclusão da CONTRATADA nos sistemas E-fisco e PE-Integrado, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA se compromete a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a Lei Federal nº 9.613/98 e a Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA (i) declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018; (ii) se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei Federal nº 12.846/2013 e Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e de suas regulamentações, por parte da CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

I - Instauração do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos da Lei Estadual nº 16.309/2018 e do Decreto Estadual nº 46.967/2018, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

II – Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013 e do artigo 39 da Lei Estadual nº 16.309/2018.

PARÁGRAFO QUINTO: Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO SEXTO: A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a extinção deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CESSÃO DOS DIREITOS PATRIMONIAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A celebração do presente CONTRATO implica a cessão à CONTRATANTE de todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A cessão de direitos patrimoniais a que se refere o PARÁGRAFO PRIMEIRO inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições

contidas na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e nas normas e princípios gerais dos contratos.²³

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no Sistema PE Integrado como condição de sua eficácia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste CONTRATO deverão ser preferencialmente submetidos à composição da Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual, conforme art. 11 da Lei Complementar nº 417, de 09.12.2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para dirimir os litígios decorrentes deste CONTRATO que não puderem ser compostos pela conciliação, obedecidos os termos do art. 92, §1º, da Lei 14.133, de 2021.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

CNPJ XXX
CONTRATANTE
CNPJ XXX
CONTRATADA

²³ No Acórdão nº 2569/2018 – Plenário, o TCU concluiu que “A Administração Pública pode invocar a Lei 8.078/1990 (CDC), na condição de destinatária final de bens e serviços, quando suas prerrogativas estabelecidas na legislação de licitações e contratos forem insuficientes para garantir a proteção mínima dos interesses da sociedade. O entendimento do Tribunal foi no sentido de que “ao definir, em seu art. 2º, ‘consumidor’ como toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, a Lei não fez nenhuma exceção, podendo, portanto, a Administração Pública se utilizar de todos os direitos ali estabelecidos na condição de consumidora”. (cf. Boletim de Jurisprudência n.º 244, sessões 6 e 7 de novembro de 2018).

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO TERMO DE CIÊNCIA DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO

INTRODUÇÃO

< O Termo de Ciência visa a obter o comprometimento formal e a ciência do encargo por parte daqueles indivíduos designados para atuar como fiscal ou gestor do contrato >

Referência: Art. 17, III, do Decreto Estadual nº 51.651/2021.

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº: XXXX/AAAA

OBJETO: <objeto do contrato>

CONTRATADA: <nome da contratada>

CNPJ: xxxxxxxxxxxxxx

GESTOR DO CONTRATO OU FISCAL DO CONTRATO: <Nome do gestor do Contrato OU fiscal do Contrato>

MATRÍCULA: xxxxxxxxxxxxxx

2. CIÊNCIA

EU, _____, matrícula _____, ocupante do cargo _____, pelo presente termo, DECLARO QUE:

estou ciente da minha designação para atuar como gestor/fiscal (indicar conforme o caso) do Contrato nº XXX;

comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas na Cláusula XXX do Contrato nº XXX;

estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao contrato.

Recife, XX de XXXXXXXXXXXX de XXXX.

ASSINATURA DO FISCAL/GESTOR